

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0024/2021

-

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E090655E85.B3A02B619A6E281A

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD, instituída pela Lei Estadual nº 8.933/19, publicada no Diário Oficial nº 34.047, em 02/12/2019, por meio do (a) Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria SEPLAD nº. 01/2021, publicada no DOE 34.459, de 14 de Janeiro de 2021, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73, de 05 de agosto 2020, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, Lei complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Decreto Estadual nº 534 de 04 de fevereiro de 2020, Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020, Decreto Estadual nº 1.354, de 25 de agosto de 2015, Instrução Normativa SEAD nº 002, de 6 de novembro de 2018, no que couber a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Decreto Estadual nº 2.121, de 28 de junho de 2018, Decreto Estadual nº 991 de 24 de agosto de 2020, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético.

1.1 - Os locais, as formas de abastecimento, os contratos e outros regramentos estão estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

1.2. O modelo e a organização do item único, objeto do presente processo foi concebido em razão de melhor atender às demandas dos órgãos e entidades contratantes sediados e/ou representados nas regiões de integração do Estado do Pará, possibilitando que o item licitado esteja menos sujeito a fracasso ou deserção, bem como assegurando aos entes vinculados a esse processo, maior eficiência na gestão dos contratos advindos da ata de registro de preços derivada do certame em curso.

2 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão: 27/01/2022

Horário: 10h00min (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 927843

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.2. Será concedido **Tratamento Favorecido Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/07 e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06.

3.3 - O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação.

3.4. - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Instrumento convocatório.

3.5. - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.6.1. As empresas declaradas inidôneas e as suspensas de licitar e contratar com a Administração (Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º e Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III), no âmbito da Administração Federal, Estadual e Municipal. E ainda com punição na Lei 8.429/92, incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.

3.6.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

3.6.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

3.6.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.6.5.1 A vedação de constituição de empresas em consórcio, para o presente objeto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Tal vedação, expressa neste Edital, visa afastar a restrição à competição e, por conseguinte, maximizar o número de participantes no Pregão, uma vez que, no consórcio, diversas empresas são reunidas para apresentação de única proposta, reduzindo o número de potenciais licitantes e/ou incentivando as ilegais práticas de conluio/cartel.

3.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.7.2. A assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.7.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.7.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.1. O cadastro no SICAF deverá ser realizado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, pelo próprio fornecedor, com certificado digital, diretamente na plataforma do SICAF.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrador conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema e Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no Sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

6.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta de preços com os respectivos anexos, se for o caso, **formulada de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I) e Modelo de Apresentação de Propostas (ANEXO VI)**, e as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2. A licitante deverá consignar para o item em relação ao qual deseja enviar proposta, em campo adequado do sistema eletrônico, os valores unitário e global, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos além dos tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2.1.– Para efeito de envio da proposta inicial, será considerado **O MENOR PREÇO**, conforme indicação única de valor para o item, com **exibição do valor TOTAL em algarismo, com no máximo duas casas decimais após a vírgula**, para o quantitativo de litros estimados, bem como do percentual de desconto ofertado na licitação, podendo as licitantes elaborar suas propostas com base no modelo do Anexo VI deste Edital.

6.3 - Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste edital, nem com valor acima do estabelecido no Termo de Referência.

6.4- Os valores deverão ser calculados em moeda corrente nacional (R\$ - Real), expressos em algarismos (até duas casas decimais após a vírgula), obedecendo ao descrito no item 6.3.5 e subitem 6.3.5.1 do termo de referência.

6.5- A proposta apresentada em desacordo com este edital será desclassificada.

6.6- Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta.

6.7- O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observado o valor máximo estimado pela SEPLAD.

6.8- As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de apresentação da proposta original solicitada pelo pregoeiro, para habilitação no Sistema Comprasnet.

6.9- O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

6.10- É obrigatória a apresentação de propostas para o item único.

6.11- Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.12- Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.13- No momento da elaboração e envio da proposta, o licitante deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

6.13.1- No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

6.13.2- De que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

6.13.3- De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.13.4- Para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal; e declaração que não possui em sua cadeia

produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

6.13.5- De Elaboração Independente de Proposta, conforme a Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. Para efeito de disputa de lances, será considerado o menor valor, conforme descrito no item 6.3.5 e subitem 6.3.5.1 do Termo de Referência, anexo deste edital.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,10 (Dez Centavos).

7.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos, e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.13.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666 / 93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2 por empresas brasileiras;

7.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/19.

8.2. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor com **preço acima do valor máximo admissível**, (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), em que o licitante não aceitar reduzir, ou, ainda, que apresentar preço manifestamente **inexequível**.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo determinado pela mesma, respeitado o mínimo de duas horas conforme Decreto 10.024/19 Art. 38, § 2º.

8.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste edital.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

9.1.1.1. Caso nos registros cadastrais do SICAF conste algum documento vencido/não cadastrado, a licitante deverá encaminhar comprovante equivalente, com o respectivo prazo atualizado, sob pena de inabilitação.

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) - Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário.

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário);

9.2. A consulta consolidada das certidões supra mencionadas, poderão ser realizadas “**On-Line**” através do endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>, disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União, para aferição da regularidade da empresa participante, objetivando atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e 13.460/18 e no Decreto nº 8.638/20

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**, por falta de condição de participação.

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada **“On-Line”** no SICAF, nos documentos por ele abrangidos, especificamente, para os níveis: I – Credenciamento; II – Habilitação Jurídica; III – Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista [Receita Federal, FGTS, INSS, CNDT]; IV – Regularidade Fiscal Estadual/Municipal [Receita Estadual e Receita Municipal] e VI – Qualificação Econômico-financeira [Balanço Patrimonial, Falência e Concordata]), conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.6.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.6.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024/19.

9.6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado pelo Pregoeiro, respeitado o mínimo de duas horas conforme Decreto 10.024/19 Art. 38, § 2º, sob pena de inabilitação.

9.6.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.6.6. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.6.7. Em relação às licitantes cadastradas no SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA E FINANCEIRA

10.1 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes documentações

TÉCNICA e ECONÔMICO FINANCEIRA:

10.1.1 ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA: A proponente deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica expedidos, em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executa ou executou serviços pertinentes em **características, quantidades e prazos**, com o objeto da presente licitação, descrevendo claramente os quantitativos fornecidos, devendo ser feita em papel timbrado da declarante, indicando o CNPJ/MF (Matriz ou Filial) da licitante e identificação completa da empresa/Órgão que o expede, e sempre que possível o valor do fornecimento ou serviço. Também deverá constar que os fornecimentos ou serviços foram ou estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo nos registros, até a data da expedição, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Deve ser datada e assinada (nome do representante da empresa emitente – cargo – telefone), conforme Art.30, parágrafo 4º da Lei 8666/93.

10.1.1.1 Considerar-se-á compatível e pertinente o atestado ou conjunto de atestados, que comprovem, no mínimo, o quantitativo de 50% do volume do item único.

10.1.1.2 O atestado tem por objetivo avaliar a experiência do licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação tanto em características quanto em quantidades. O quantitativo solicitado representa 50% do volume do item único, pela administração a serem contratados, demonstrando razoabilidade e preservando critérios mínimos de avaliação para que seja efetuada a contratação de uma empresa que tenha reais condições de prestar os serviços, para o único item em que a licitante interessada concorra.

11. COMPROVAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

11.1 A proponente deverá comprovar sua boa liquidez financeira, mediante apresentação de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto se já estiver contemplado no SICAF, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, conforme Modelo, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006) EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

11.1.1 Caso a empresa apresente resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir Capital Social no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado para o Item único.

11.2. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei, exceto se já tiver contemplado no SICAF, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

11.3. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo cartório de distribuição da sede da licitante, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública desta licitação;

11.4. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.5. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através de sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **no prazo determinado pelo Pregoeiro**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de **INABILITAÇÃO**, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Havendo necessidade de analisar os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Será Inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10. Todos os documentos de habilitação, emitidos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.12. As declarações solicitadas neste Edital deverão ser emitidas em papel timbrado da empresa e/ou órgão que as expedirem.

11.13. A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração se reserva o direito de realizar Diligências que achar necessárias, para esclarecer quaisquer dúvidas quanto a Habilitação do Licitante.

11.14. Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11.15. A proposta original deverá conter: **o valor total do item aceito; data e local legível; assinatura do responsável e demais dados contidos no modelo anexo ao presente edital.**

11.16 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados, exclusivamente, em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do **documento** digital.

11.18. Fica facultada a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, realizar diligências que achar necessárias, em qualquer tempo, para esclarecer quaisquer dúvidas quanto a habilitação das licitantes.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados por meio do sistema eletrônico (“chat”), para acompanhar a sessão reaberta e de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo determinado pelo Pregoeiro**, a contar da solicitação no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou por seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, razão social e CNPJ, para fins de pagamento.

13.1.3. Conter descrição do objeto, quantidade e valor total.

13.1.3.1. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

13.1.4. Conter a Razão Social, nome Fantasia, CNPJ, e Dados do Responsável Legal (Nome completo, RG, CPF, Telefone e e-mail de contato);

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licitacao.dgl@seplad.pa.gov.br.

14.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

14.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

14.4. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

14.5. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica exclusivamente pelo e-mail licitacao.dgl@seplad.pa.gov.br.

14.6. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 horas, contado da data de recebimento da impugnação.

14.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão inseridos nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.10. As impugnações encaminhadas após as 17h serão apreciadas no próximo dia útil.

14.11. Serão consideradas intempestivas as impugnações apresentadas após as 17h do segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.

14.12. Os pedidos de esclarecimento encaminhados após as 17h serão apreciados no próximo dia útil.

14.13. Serão considerados intempestivos os pedidos de esclarecimentos encaminhados após as 17h do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(es) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.3.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.3.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. - Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo(s) à Secretária de Estado de Planejamento e Administração, devidamente informados, para apreciação e decisão no mesmo prazo.

15.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15.7 - Decididos os recursos, a Secretária de Estado de Planejamento e Administração fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, por item e homologará o procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VIII e nas condições previstas neste Edital.

17.2 - A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação do extrato da mesma, e poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e, Decreto Estadual nº 991 de 24 de agosto de 2020

17.3. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo **5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a contar da data de seu recebimento.

17.4.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

17.4.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 À ata de Registro de Preços advinda do presente procedimento licitatório admitir-se-á adesão de órgãos não participantes sob a justificativa de prover aos entes do Poder Executivo Estadual, bem como a outros entes administrativos, um instrumento legal que lhes possibilitem a regular aquisição e/ou contratação dos itens objeto deste procedimento licitatório, uma vez que, o objeto desta licitação caracteriza-se, nos termos dos incisos I, II e III, do art. 24º, do Decreto Estadual 991 de 24 de agosto de 2020, como bem e serviço frequentemente adquirido e/ou contratado por parte dos entes administrativos.

18.2 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 991 de 24 de agosto de 2020.

18.3 - As aquisições ou contratações adicionais por órgãos ou entidades “caronas” não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, cabendo ao fornecedor adjudicatário da Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, conforme a legislação estadual.

18.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18.5 A SEPLAD, somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

18.6 Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 dias, observado o prazo de validade da ata.

18.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

18.8 - A manifestação pelo fornecedor adjudicatário da Ata, quanto à aceitação ou não da adesão do órgão/entidade da Administração deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, datado e assinado no prazo de três (3) dias úteis à secretaria de Estado de Administração, através do e-mail gerp.dgl@seplad.pa.gov.br.

18.9 – São órgãos participantes deste Registro de Preços as instituições constantes no Anexo V – Relação das Unidades Participantes.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1 Conforme disposto no Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para formação de cadastro de reserva. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

19.1.1. A convocação dos licitantes remanescentes dar-se-á após a declaração do licitante vencedor.

19.1.2. Declarado o licitante vencedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, a autoridade homologadora convocará os licitantes remanescentes, via Comprasnet, informando a data/hora (48 h) do fim do Cadastro de Reserva para os que quiserem igualar os valores de suas propostas aos valores da proposta do licitante vencedor.

19.1.3. Os licitantes que anuírem à convocação formarão o cadastro de reserva para o(s) item(s) em que concorreram. O sistema deverá enviar um e-mail a todos os fornecedores não tiveram suas propostas recusadas, desconsiderando margem de preferência (exceto para o (s) fornecedor

(es) vencedor (es) do item), sendo assegurada a ordem de classificação, conforme o disposto no § 3º, do art. 12, do.

19.1.4. Ao receber o email de convocação para cadastro de reserva, o licitante terá que se logar no comprasnet e Registrar Intenção de Participar do Cadastro de Reserva (confirmando que aceita fornecer a quantidade ofertada dos itens ao preço do licitante vencedor).

19.1.5. No fim do prazo para o cadastro de reserva a autoridade competente enviará as informações ao SIASG e gerará a Ata de Cadastro de Reserva, que poderá ser visualizada pelo cidadão na consulta pública. (incluído na respectiva ata na forma de anexo, observado rigorosamente a sequência da classificação do certame).

19.1.6. substituição que trata o artigo anterior ocorrerá nas hipóteses estabelecidas no Capítulo X, arts. 22 e 23, do Decreto Estadual nº 991 de 24 de agosto de 2020, quando o órgão gerenciador, após devido processo legal, cancelar o preço registrado do fornecedor beneficiário da Ata.

19.1.7. O cadastro de reserva envolverá somente os itens com PROPOSTAS ADJUDICADAS.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente.

20.2. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, concomitante com o prazo da vigência da Ata. dissonante com termo de referência item 13.2, uma vez que o serviço a ser prestado tem caráter continuado, de acordo com inciso ii, do art.57, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.)

20.3. Previamente à contratação, a CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

20.3.1. A adjudicatária terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.3.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

20.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

20.4.1. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Contratante deverá realizar consulta “on-line” ao:

- Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF, e
- a Consulta Consolidada das Certidões (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>), cujos

resultados serão anexados aos autos do processo.

20.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1 O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

21.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

21.2.1- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

21.2.2- seguro-garantia;

21.2.3- fiança bancária.

21.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, no Banco do Estado do Pará, com correção monetária, em favor do Contratante.

21.4 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

21.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.6 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.7 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/93)

22. DO REAJUSTE

22.1. O percentual de desconto resultante do menor preço da licitação é fixo e irredutível.

22.2 As revisões contratuais após, o interregno mínimo de 1 (um) ano será na forma prevista no Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021.

22.2.1 O interregno mínimo de 01 ano começará a contar da data prevista para apresentação da proposta conforme critério estabelecido no art. 41, XI, da Lei nº 8.666/93.

22.2.1 Para executar a competência prevista no § 1º, do Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) fará publicar ou divulgar, em ambiente eletrônico próprio, os preços máximos aceitáveis dos combustíveis utilizados pela frota estadual, respaldando-se em divulgações periódicas oficiais publicadas no endereço eletrônico da Agência Nacional de Petróleo (ANP), na forma da Lei

Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e demais legislações aplicáveis, os quais servirão de parâmetro para reajustamento dos preços registrados e seus respectivos contratos.

22.3 Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo para a revisão contratual decorrente do reajustamento de preços dos combustíveis publicados através de Portaria, quando este ocorrer.

22.4 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13.

22.5 A revisão decorrente dos preços máximos publicados será realizada por apostilamento.

23 - DO PRAZO DA ENTREGA E LOCAL DE RECEBIMENTO

23.1. – Os fornecedores deverão prestar os serviços de acordo com as regras instituídas no Termo de Referência **Anexo I** deste Edital.

24 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

24.1 – Os contratos, derivados da presente Ata de Registro de Preços, poderão sofrer acréscimos ou supressões na forma do § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

24.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o empenho se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento do Contrato.

24.3 - A supressão dos serviços registrados no Contrato poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

25 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

25.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

25.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

25.1.2 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

25.1.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

25.1.4 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

25.1.5 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto da presente contratação, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do órgão ou entidade Contratante não eximirá a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.

25.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão ou entidade

Contratante, cujas reclamações referentes à execução contratual se obrigará prontamente a atender.

25.1.7. Executar pontualmente o pagamento aos estabelecimentos credenciados referentes aos valores dos abastecimentos realizados pelas unidades consumidoras dos órgãos Contratantes, asseverando-se de que os mesmos não responderão solidária ou subsidiariamente pelo pagamento, sendo este da exclusiva responsabilidade da empresa Contratada.

25.1.8. Emitir fatura para acobertar a prestação de serviço (combustível/agenciamento) na operação tributada pelo ICMS (sem destaque do imposto) constando o percentual de desconto resultante da licitação.

25.1.9. Comunicar à Contratante qualquer acréscimo ou supressão na relação de postos credenciados.

25.1.10. Credenciar qualquer posto de abastecimento, desde que atenda aos requisitos mínimos exigidos pela ANP, esteja localizado no Estado do Pará e que o mesmo não seja de propriedade de servidor público estadual ou possua em seu quadro sócio-dirigente que seja servidor público do Poder Executivo Estadual.

25.1.11. A empresa não poderá se recusar, sem processo devidamente fundamentado, a cadastrar Posto de Abastecimento que queira se credenciar no sistema, quando o posto possuir os requisitos mínimos exigidos pela ANP.

25.1.12. Fornecer tantos cartões magnéticos quantos forem solicitados pelos órgãos ou entidades Contratantes, sem qualquer ônus adicional.

25.1.13. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

25.1.14. Assumir inteira e total responsabilidade decorrente da prestação dos serviços objeto da presente contratação, incluído os custos diretos e indiretos com os seus funcionários, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão dos cartões, encargos sociais e outras necessárias, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente aos órgãos ou entidades Contratantes, ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

25.1.15. Assumir plena responsabilidade por todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio dos órgãos e entidades Contratantes ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto, mesmo na execução dos serviços.

25.1.16. Disponibilizar à Administração Estadual em até 90 (noventa) dias corridos, contados da homologação da ata de registro de preços, derivada deste certame, o sistema de gerenciamento, conforme os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

25.1.16.1 O prazo disposto no item anterior poderá ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, desde que a dilatação do prazo seja solicitada com antecedência pela Contratada, com exposição de fatos comprovando os motivos que justifiquem o pedido, e com a devida anuência

da Administração.

25.1.17. Disponibilizar um técnico residente, que ficará à disposição na SEPLAD/DGL, durante todo o período de prestação de serviços, para atendimento das solicitações, recebimento de documentos e protocolos e dirimir dúvidas dos órgãos e entidades Contratantes.

25.1.17.1 A empresa deverá munir seu técnico residente com computador portátil, acesso independente a internet e uma senha de acesso ao sistema de gestão de combustível. O técnico poderá atender os demais Órgãos da Administração Pública Estadual para tratar dos contratos oriundos da ARP.

25.1.18. A Contratada possui o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato administrativo e respectivos aditivos dos órgãos e entidades Contratantes, contados a partir da data de envio em formato eletrônico (e-mail).

25.1.19. A Contratada possui o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para liberação/renovação de limite/saldo contratual da Contratante no sistema de gestão, contados a partir da sua assinatura no respectivo contrato/aditivo.

25.1.20. Atender todas as normas e condições instituídas no edital e anexos, reguladores do presente processo.

26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

26.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

26.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

26.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo órgão participante;

26.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

26.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

26.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

26.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do objeto deste edital, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

27 - DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias a partir da prestação do serviço (objeto licitado), mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

27.2. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará, até o 30º (trigésimo) dia do mês da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

27.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

27.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

27.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

27.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

27.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

27.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

27.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

27.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

28 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da classificação orçamentária, em cada órgão ou entidade, de acordo com o seu orçamento:

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/19 e Lei Estadual nº 6.474/02 e o Decreto Estadual nº 534 de 04 de fevereiro de 2020 o licitante/adjudicatário que:

- 29.1.1.** não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 29.1.2.** apresentar documentação falsa;
- 29.1.3.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 29.1.4.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 29.1.5.** não mantiver a proposta;
- 29.1.6.** cometer fraude fiscal;
- 29.1.7.** comportar-se de modo inidôneo;
- 29.1.8.** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

29.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

29.2.1. Advertência, que deverá ser feita através de Portaria devidamente publicada em Diário Oficial, observando-se o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa previsto no art.5º, LV da CF;

29.2.2. Multa de:

- a. 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo dia), sem prejuízo das demais penalidades;
- b. 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo dia), limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
- c. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total; e de até 10% (dez por cento), em casos de descumprimento parcial do contrato, calculado de forma proporcional ao inadimplemento e aos prejuízos dele advindos;

29.2.3. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a noventa dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

29.2.4. A multa, aplicada após regular Processo Administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela contratante, ou, ainda quando for o caso, cobrada judicialmente;

29.2.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de dez dias e aceito pela contratante,

29.2.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

29.2.6.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

29.2.6.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

29.2.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

29.2.8. A multa aplicada após regular Processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo contratante.

29.2.9. O termo inicial para incidência de qualquer das penalidades estipuladas será a data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

30. DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

30.1. A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD em seus processos licitatórios, com uso do sistema de registro de preços, adota como critério de captação de preço de referência a identificação do preço do item a ser licitado junto ao mercado, adicionalmente

procede pesquisa de preço do item no Banco Referencial de Preços do SIMAS e no Painel de Preços do Governo Federal, bem como realiza pesquisa de preço em sítios eletrônicos de lojas do segmento que atua no setor.

31.2. Uma vez captados os preços nesses ambientes são elaborados a média aritmética do mesmo, para a formação do preço de Referência dos itens objeto da licitação em curso.

31.2.1 Os preços da gasolina, etanol, diesel (comum, S-10 e S-50) foram coletados na Agência nacional de Petróleo - ANP.

31.3. Tal metodologia encontra-se em sintonia com os parâmetros da Instrução Normativa n. SEPLAD/DGL nº. 02/2018, de 06.11.2018, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito do Poder Executivo.

31 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

31.1. - A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

31.2. - A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata.

31.3 - Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata e das condições deste Edital.

31.4 - No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

32.4 - Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

32.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.7. - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.8. - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Administração.

32.9. - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

32.10. - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado ao Pregoeiro por e-mail: licitação.dgl@seplad.pa.gov.br

32.11. - Maiores informações pelo telefone (091)3194-1416

32.12. - Este edital e seus anexos, estão disponibilizados na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br, os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos dias úteis, no horário de 08h às 17h, mesmo endereço e período no qual integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e seus anexos.

32.13. - Todas as menções a horários feitas neste edital têm como referência o horário oficial de Brasília - DF.

32.14. - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à Contratação.

32.15. - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - CONSUMO ESTIMADO DE COMBUSTÍVEL POR MUNICÍPIO

ANEXO III - ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE UNIDADES CONSUMIDORAS POR ÓRGÃO (2021)

ANEXO IV - VOLUME ANUAL ESTIMADO DE LITROS DE COMBUSTÍVEL (2021)

ANEXO V - RELAÇÃO DAS UNIDADES PARTICIPANTES

ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)
ANEXO VII - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2022. (MINUTA)
ANEXO VII- A - DA ATA – CADASTRO DE RESERVA
ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
ANEXO X - DEMANDA POR ÓRGÃO

HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SRP**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na **prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32)**, em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, **PELO MENOR PREÇO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para os órgãos e entidades do Governo do Estado Pará.

1.2. O preço estimado da licitação foi auferido como referencia (quantidade x preço) conforme quadro abaixo, para a composição de custo total do serviço de gerenciamento:

Item único	Tipo	Código do SIMAS	Descrição	Quantitativo		
				Quant. Anual Estimada em litros	Preço Médio Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
	1	052051-9	Gasolina Comum	7.952.048,03	R\$ 7,63	R\$ 58.527.073,50
	2	052051-9	Etanol	1.008.672,45	R\$ 6,30	R\$ 6.354.636,44
	3	052051-9	Diesel Comum	2.371.229,76	R\$ 5,70	R\$ 13.516.009,63
	4	052051-9	Diesel S-10 Aditivada	12.308.945,86	R\$ 5,61	R\$ 69.053.186,27
	5	052051-9	Diesel S-50 e	288.488,00	R\$ 5,81	R\$ 1.676.115,28
	6	052051-9	Diesel marítimo	455.976,00	R\$ 6,32	R\$ 2.881.768,32
	7	052051-9	Arla 32	147.924,00	R\$ 3,63	R\$ 536.964,12
	8	10803-0	Serviço de controle e Gerenciamento de Abastecimento de Veículos que compõem a frota oficial do Estado	768	R\$ 4,90	R\$ 3.763,20
Valor Estimado da Licitação				R\$ 153.588.830,67		

Observações:

1) – *Com base em estimativa de consumo e preço mínimo, na Belém, Estado do Pará, de acordo com os valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis - (http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Index.asp) Período: De: 28/11 a 04/12/2021;

2) – Valor Total Anual Estimado para Contratação: R\$ 152.549.516,76;

2.5. As quantidades estimadas de gasolina comum, álcool/etanol, diesel comum, diesel aditivado/S10 e outros combustíveis foram estimadas com base no consumo de combustíveis no período 2021, bem como, perspectivas futuras de consumo, sendo que poderão ocorrer flutuações nestes quantitativos.

1.3. O licitante vencedor deverá disponibilizar rede de postos para atender, no mínimo, as localidades dispostas no Anexo II (CONSUMO ESTIMADO DE COMBUSTÍVEL POR MUNICÍPIO).

1.4. Os contratos serão firmados individualmente entre o licitante vencedor e cada um dos órgãos e das entidades participantes e/ou aderentes ao Registro de Preços.

1.5. O objeto desta licitação compreende, no mínimo, os seguintes elementos:

1.5.1 Abastecimento das unidades consumidoras com combustíveis derivados de petróleo e agente redutor (Arla 32), contemplando:

1.5.1.1 Supervisão dos abastecimentos realizados pelos postos, a fim de assegurar a qualidade do combustível, biocombustível e do agente redutor, bem como do atendimento, devendo fornecer relatório sempre que solicitado pela Administração Pública.

1.5.1.2 Acompanhamento e orientação dos postos credenciados quanto aos procedimentos de identificação dos veículos e seus condutores, quando da realização dos abastecimentos.

1.6 Os municípios que se enquadrem no item 3 do Quadro 01 do item 4.7 que possuem mais de um posto de abastecimento, deverá ser dada preferência de credenciamento aos que:

a) Comercializam o Diesel S10, em detrimento dos que comercializam apenas o diesel comum;

b) Estejam localizados geograficamente mais próximos da sede dos órgãos estaduais presentes no município;

c) Apresentarem o menor valor unitário por tipo de combustível.

1.7 Disponibilização de uma rede de postos de abastecimento de combustíveis credenciados para atender às unidades consumidoras.

1.8 Disponibilização de postos de abastecimento de combustíveis, no mínimo, nos municípios relacionados no Anexo II do edital.

1.9 Disponibilização em tempo real (*online*), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento realizado, bem como do **valor**

contratual e do saldo remanescente de cada contrato; para fácil visualização e controle do órgão/entidade contratante e do Órgão Gerenciador do Sistema do Estado (SEPLAD).

1.10 Disponibilização de cartões magnéticos identificadores, preferencialmente com CHIP, para cada unidade consumidora cadastrada no sistema (estimativa do quantitativo no Anexo III).

1.11 Para fins de entendimento do objeto tratado neste Termo serão necessárias as definições de alguns termos, quais sejam:

a) **Órgão Gerenciador do Sistema:** Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), responsável, dentre outras atribuições, pela determinação dos perfis de acesso de cada usuário, formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Pará relacionadas à utilização e abastecimento da frota oficial; sua respectiva customização e inserção das travas de segurança no sistema, bem como pela especificação das rotinas e fluxos operacionais entre os contratantes e a licitante vencedora.

b) **Contratantes:** Órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

c) **Unidade Consumidora:** Os veículos terrestres, motocicletas, embarcações de qualquer porte, motores estacionários, tratores, máquinas, roçadeiras, guinchos e quaisquer outros equipamentos oficiais (próprios, locados, cedidos, conveniados ou de qualquer outra origem juridicamente válida), pertencentes ou sob responsabilidade dos órgãos/entidades partícipes do certame, que necessitem de combustível para seu regular funcionamento.

d) **Licitante vencedor:** Empresa que apresentar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, devendo atentar para todos os pré-requisitos estabelecidos neste Termo. Será a empresa responsável pela criação da rede de postos credenciados.

e) **Rede de Postos Credenciados:** O conjunto de postos de abastecimento de combustível credenciados pelo licitante vencedor para atender o consumo da frota estadual (unidades consumidoras em geral), que realizarão o abastecimento mediante o uso de cartões magnéticos.

1.12 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação futura de pessoa jurídica para prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e

Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, **PELO MENOR PREÇO**, de acordo com as regras, travas de segurança e normas instituídas no Edital e seus anexos.

As vantagens decorrentes deste tipo de modalidade de contratação são amplamente conhecidas, uma vez que permitem a obtenção de informações detalhadas sobre as transações de abastecimento de toda a frota, de forma clara e transparente, otimizando os sistemas de controles utilizados e reduzindo o tempo destinado para a reunião, tratamento e análise dos dados, além de dar suporte técnico mais detalhado na elaboração de políticas públicas relacionadas à área.

Adicionalmente, a contratação vislumbrada neste processo licitatório proporcionará a ampliação da rede de postos de combustível credenciados, abrangendo todo o vasto território do Estado do Pará, segundo maior da Federação, com peculiaridades e desafios geográficos ímpares, possibilitando desta forma o abastecimento ininterrupto da frota oficial pertencente à Administração Pública Estadual.

Há que destacar que inexistente pessoa jurídica que disponha de capilaridade para atender individualmente todos os municípios do Estado, como também inexistente fornecedor que possa praticar preços uniformes para essas localidades onde são abastecidas as unidades consumidoras que compõem a frota oficial.

Adiciona-se, ainda, que a escolha do presente modelo de negócio resultará no maior e melhor controle, por parte das áreas técnicas dos órgãos contratantes usuários do sistema, bem como dos órgãos fiscalizadores e entidades de controle externo que possuirão as ferramentas e soluções tecnológicas para monitorar, supervisionar e auditar, em tempo real, as formas, os locais e o quantitativo do dispêndio, proporcionando ao Governo do Estado do Pará resultados gerenciais e econômicos positivos, pautados nos princípios da economicidade e da eficiência, além de auxiliar a reduzir os gastos excessivos e coibir eventuais inadequações no abastecimento através de uma série de ferramentas e travas de segurança customizáveis pela própria Administração.

Diante do que foi exposto, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública estará condicionada à disponibilização de um sistema de gerenciamento para o controle, em tempo real, das transações de abastecimento das unidades consumidoras, cujos preços unitários

para aquisição de combustíveis limitar-se-ão pelos preços médios de revenda divulgados pela ANP, por meio do Sistema de Levantamento de Preços, e com parâmetros mínimos de segurança detalhados neste Termo.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

A prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético é **um serviço comum**, uma vez que este serviço já foi licitado diversas vezes pela Administração Pública Estadual, portanto se enquadra nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002, e do §1º do art. 2º do Decreto Estadual nº 2.069, de 2006.

4 FORNECIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O fornecimento de combustível deverá ser realizado através dos postos de abastecimentos credenciados pela empresa vencedora, no mínimo, nos municípios dispostos no Anexo II do TR, com o uso do Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustível e com a utilização de cartões magnéticos, cabendo exclusivamente à Contratante a indicação do quantitativo, data e horário do abastecimento de suas respectivas unidades consumidoras.

4.1.1 o valor a ser pago pelos combustíveis será o valor por débito, sendo vedado o valor a crédito.

4.2 A empresa vencedora deverá garantir que nos postos de abastecimentos credenciados, haverá bomba específica para cada tipo de combustível, devendo ainda possuir dispositivos eletrônicos que transmitam os dados dos abastecimentos e do condutor da unidade consumidora ao servidor do Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustível. A instalação, manutenção e administração destes dispositivos e equipamentos, assim como dos recursos de tecnologia da informação que permitam a comunicação *on-line* dos dados relativos aos abastecimentos deverão ser realizados pelo licitante vencedor.

4.3 A transmissão dos dados de abastecimento e de identificação do condutor ao servidor do sistema deverá ser realizada em tempo real, salvo em casos de impossibilidade técnica devidamente comprovada pela empresa vencedora. Nesta hipótese, os dados deverão ser

transmitidos em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.4 Em relação aos materiais e/ou serviços que estejam submetidos às normas de segurança elaboradas pela ABNT ou INMETRO e as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, os postos de combustíveis pertencentes à rede credenciada deverão estar devidamente regularizados, salvo quando houver determinação divergente expressa no termo de referência ou em documento emitido pela Fiscalização.

4.5 Além dos requisitos tratados pela ABNT ou INMETRO, todos os postos de abastecimento de combustíveis pertencentes à rede credenciada deverão ainda atender, no mínimo, aos requisitos estabelecidos na(s) legislações relacionadas abaixo (ou nas mais recentes):

- a) Leis Federais nº 6.938 /1981, nº 9.433/1997 e nº 9.605/1998;
- b) Resoluções CONAMA nº 237/1997, nº 273/2000 e nº 362/2005;
- c) Portaria ANP nº 29/1999 e Resoluções ANP nº 09/2007, nº 41/2013 e nº 57/2014;
- d) Leis Estaduais nº 5.587/1995 e 6.929/2006, Instrução Normativa SEMA nº 11/2011, Resoluções COEMA nº 116/2014;
- e) Lei complementar nº 140/2011;
- f) Legislações municipais acerca da certidão de viabilidade indicando a disponibilidade da construção do empreendimento nos municípios.

4.6 Os postos de abastecimento disponibilizados pelo licitante vencedor deverão funcionar, no mínimo, de segunda a domingo, de **06:00 às 20:00 horas**, ou conforme legislação específica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

4.7 A empresa vencedora deverá disponibilizar aos órgãos e às entidades contratantes, rede de postos proporcional ao consumo anual estimado nos municípios, conforme Quadro 01:

Quadro 01 – Quantidade mínima estimada de rede de postos por municípios.

Item	Consumo Estimado	Quantitativo Mínimo de Postos Credenciados
1	Acima de 5.000.000,00 (cinco milhões) de litros.	15 (quinze)
2	Acima de 300.000 (trezentos mil) e inferior a 5.000.000,00 (cinco milhões) de litros.	02 (dois)
3	Até 300.000 (trezentos mil) litros.	01 (um)

Fonte: Coordenadoria de Logística e Gastos Públicos.

5 ESTIMATIVA ANUAL DE CONSUMO E FORMAÇÃO DE ITENS

5.1. O consumo estimado de combustível das unidades consumidoras para o período de 12 (doze) meses é apresentado no formato sintético no quadro abaixo:

Quadro 02 - Quantidade estimada de litros por tipo de combustível (IRP).

Item	Tipo de Combustível	Quantitativo anual (em litro) ¹
1	Gasolina Comum	8.019.187,13
2	Etanol	1.008.672,45
3	Diesel S-10 Comum	2.371.229,76
4	Diesel S-10 Aditivada	12.376.620,44
5	Diesel S-50	288.488,00
6	Diesel Marítimo	455.976,00
7	Arla	147.924,00
Total		24.668.097,78

5.2 A prestação dos serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), repercute de forma expressiva nos gastos correntes dos órgãos e entidades da Administração Estadual, tendo representado no exercício de 2020, segundo dados extraídos do Plano Anual de Compras 2021, o volume na ordem dos 17.455.177,12 em litros. Vale frisar que este quantitativo expressa apenas os abastecimentos de gasolina, etanol e diesel (comum, s-10 comum e S-10 aditivado). Desta forma, o valor estimado da licitação com os 8 (oito) itens é o descrito abaixo:

VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO R\$ 153.588.830,67

5.3 O valor estimado foi calculado com base no consumo anterior do órgão e pesquisa de preços realizada nos termos da IN nº 002/2018 – SEAD que normatiza os procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Estadual;

5.4. Da Utilização de Parâmetro de Pesquisa de Preços previsto na IN nº 002/2018:

5.4.1. A IN nº 002/2018, em seu art. 2º, estabelece os parâmetros de pesquisa de preços que a Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades dependentes devem utilizar.

5.4.2. No § 1º é previsto que seja utilizado os parâmetros de forma combinada, preferencialmente, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II.

¹ Baseado na demanda de IRP.

5.4.3. Para o objeto em questão, no cálculo do preço de referência, intentou-se buscar à média dos valores com base:

- a. em pesquisa no Painel de Preços e no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do inciso I do art. 2º da IN nº 002/2018 - SEAD.
- b. - Contratações similares de outros entes públicos: Proposta de certames com o mesmo objeto.
- c. pelos preços de combustíveis publicados na Agência Nacional do Petróleo (ANP), Síntese dos preços Praticados – BELÉM, resumo, Período: 28/11 a 04/12/2021,
- d. pesquisa com os fornecedores.

6 DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. O início da Sessão Pública, via sistema eletrônico (internet), será na data e horário previstos no Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto n. 10.024/2019, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com o **ANEXO VI – MODELO DA PROPOSTA** e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações do serviço detalhados no Edital e seus Anexos.

6.2 Durante a etapa dos lances não será possível a identificação dos participantes, nem os autores dos menores lances. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará na desclassificação da proposta.

6.3 Aberto a etapa competitiva (Sessão Pública), será utilizado o **modo de disputa ABERTO**, conforme previsto nos arts. 31 e 32 do aludido Decreto, cuja **etapa de envio de lances da sessão pública durará dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.1 licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

6.3.2 A **prorrogação** automática da etapa de envio de lances, de que trata no subitem 6.3.1, **será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação**, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.3.2, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, do Decreto nº 10.024/2019, mediante justificativa.

6.3.5 **Como as propostas, os lances serão ofertados pelo MENOR VALOR, conforme**

tabela constante no subitem 6.3.5.1 deste termo.

a) Para efeito da composição final do menor preço, a ser apresentada na proposta comercial para licitação, os licitantes deverão considerar como **VALOR MÁXIMO o VALOR ESTIMADO de R\$ 153.588.830,67.**

6.3.5.1 Desse modo, seu lance seguirá o descrito abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético	

6.3.5.2 O valor de lance resultará no percentual de desconto resultante da diferença entre o valor estimado e o valor do lance final ofertado, **conforme fórmula (diferença/estimado) * 100, que será utilizado como desconto para a prestação de todo serviço.**

6.3.6 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.5 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.6 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.7 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, de acordo com art. 34 do Decreto nº. 10.024/2019;

6.7.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, de acordo com art. 35 do Decreto nº. 10.024/2019.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor valor para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital de acordo com o art. 39 do Decreto nº. 10.024/2019.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o **critério do MENOR PREÇO** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.3.1 Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de obter preço melhor.

7.4 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, de acordo com o art. 47 do Decreto nº. 10.024/2019.

7.5 Não serão aceitos documentos com data posterior à data de abertura da Sessão Pública do Pregão.

7.6 Homologada a licitação a empresa vencedora será notificada por e-mail, o qual deverá ser informado em sua proposta comercial, e terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO FINANCEIRA

Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes documentações **TÉCNICA E ECONÔMICO FINANCEIRA**:

8.1 ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA: A proponente deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica expedidos, em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executa ou executou serviços pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, descrevendo claramente os quantitativos fornecidos, devendo ser feita em papel timbrado da declarante, indicando o CNPJ/MF (Matriz ou Filial) da licitante e identificação completa da empresa/Órgão que o expede, e sempre que possível o valor do fornecimento ou serviço. Também deverá constar que os fornecimentos ou serviços foram ou estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo nos registros, até a data da expedição, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Deve ser datada e assinada (nome do

representante da empresa emitente – cargo – telefone), conforme Art.30, parágrafo 4º da Lei 8666/93.

8.1.1. Considerar-se-á compatível e pertinente o atestado ou conjunto de atestados, que comprovem, no mínimo, o quantitativo de 50% do volume do item único:

8.1.2 O atestado tem por objetivo avaliar a experiência do licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação tanto em características quanto em quantidades. O quantitativo solicitado representa 50% do volume do item, pela administração, a serem contratados, demonstrando razoabilidade e preservando critérios mínimos de avaliação para que seja efetuada a contratação de uma empresa que tenha reais condições de prestar os serviços, para o único item em que a licitante interessada concorra.

8.2 COMPROVAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA: A proponente deverá comprovar sua boa liquidez financeira, mediante apresentação de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto se já estiver contemplado no SICAF, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, conforme Modelo, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.2.1. Caso a empresa apresente resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar Capital Social no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado para o item.

8.2.2. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10 % do valor estimado da contratação, R\$ 153.588.830,67, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei, exceto se

já tiver contemplado no SICAF, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.2.3. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo cartório de distribuição da sede da licitante, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública desta licitação

9 SISTEMA DE GESTÃO DE ABASTECIMENTO

9.1. O controle dos abastecimentos das unidades consumidoras pelos órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços ocorrerá por meio de Cartão Magnético (preferencialmente com chip).

9.2. Cada unidade consumidora cadastrada deverá possuir um cartão magnético individual, contendo seus dados de identificação e cujo abastecimento só será liberado mediante:

- a) Inserção dos dados e senha pessoal do motorista, condutor ou responsável, previamente cadastrado pelo gestor de frota do órgão/entidade;
- b) Verificação da existência de saldo no cartão magnético suficientes para autorizar a operação;
- c) Inexistência de conflito e validação de todas as travas de segurança em vigor.

9.3. Cada cartão é de **uso exclusivo do veículo/equipamento nele identificado**, não sendo permitido o abastecimento de veículos/equipamentos diversos daquele ou o lançamento de despesa de qualquer outra natureza que não seja os listados no objeto deste Termo, sendo de responsabilidade da Contratada a apresentação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

9.4. O cartão destinado ao veículo/equipamento permanecerá como propriedade exclusiva da Contratada, devendo ser devolvido em caso de inutilização definitiva ou rescisão do contrato.

9.5. Para utilização do cartão do veículo ou equipamento, o motorista, condutor ou responsável deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da Contratada, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, quantidade de litros, valor unitário e total do combustível transacionado, a respectiva identificação do motorista, condutor ou responsável e a adequação da operação às restrições definidas no sistema.

9.5.1. Finalizada a operação, o condutor ou responsável digitará sua senha (pessoal e intransferível) para autorizar a transação, recebendo um **comprovante de transação** (não

confundir com o cupom fiscal) impresso pelo equipamento da Contratada instalado no estabelecimento credenciado, contendo as informações financeiras resumidas referentes à compra realizada.

9.5.2. É de responsabilidade do condutor ou responsável exigir do estabelecimento credenciado a emissão do cupom fiscal (não confundir com o comprovante de transação) do abastecimento, contendo todas as informações referentes à compra realizada, sendo estas, no mínimo: placa do veículo ou número do cartão, nome do estabelecimento, data e horário em que se efetuou o abastecimento, litros abastecidos, valor do litro do combustível e valor total da transação.

9.6. As senhas serão sempre vinculadas aos motoristas (condutores) cadastrados e, em nenhuma hipótese, devem ser vinculadas aos cartões magnéticos em si.

6.7. O prazo máximo para confecção e entrega de todos os cartões magnéticos não deve exceder os 21 (vinte e um) dias consecutivos, contados a partir da autorização (realizada pela SEPLAD) do cadastro no sistema.

9.7.1. O não atendimento do prazo acima disposto implicará na notificação, por meio eletrônico, da Contratada pelo Contratante.

9.7.2. Recebida a notificação, a Contratada deverá executar a demanda em até 05 (cinco) dias úteis. Transcorrido este prazo, a empresa será sancionada com advertência, registrada nos autos do processo.

9.7.3. Caso sejam computadas 05 (cinco) reincidências nos autos de cada processo de contratação, o Contratante deverá informar a SEPLAD para que esta proceda à inserção das sanções no Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS).

9.8. Em se tratando de veículo automotor terrestre, deverá estar impresso no cartão definitivo no mínimo os dados da placa, do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e a sigla do órgão ou entidade a que está vinculado. Quando se tratar de embarcação, máquina ou outro equipamento esses campos serão substituídos por outros dados de identificação a critério da SEPLAD.

9.9. Cada abastecimento individual nos postos credenciados será autorizado somente após a validação de parâmetros pré-definidos sendo esses, no mínimo: a identificação da unidade consumidora, as travas de segurança obrigatórias em vigor para todos os órgãos/entidades usuários do sistema, as eventuais travas de segurança individuais daquela unidade consumidora específica e a identificação do condutor (dados e senha pessoal).

9.10. Os dados de cada abastecimento realizado deverão ser coletados e armazenados pelo

sistema, em uma base de dados permanente, centralizada e constantemente atualizada, devendo abranger, no mínimo:

- a) Marca/modelo da unidade consumidora;
- b) Placa do veículo ou código correspondente;
- c) Código RENAVAM do veículo;
- d) Órgão ou entidade estadual a que pertence a unidade consumidora;
- e) Hodômetro da unidade no ato do abastecimento;
- f) Data e hora do abastecimento efetuado;
- g) Município onde ocorreu o abastecimento;
- h) Identificação nominal do posto credenciado;
- i) Tipo de combustível abastecido;
- j) Volume total abastecido (em litros);
- k) Preço unitário do combustível;
- l) Preço total do abastecimento;
- m) Identificação do condutor no ato do abastecimento.

9.11. Deverá ser disponibilizado aos órgãos e às entidades estaduais participantes do Registro de Preços, e aos que vierem a participar, bem como ao Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD), acesso ao sistema de gestão de abastecimento, via internet, com funcionamento *online* (tempo real) em *website* com endereço eletrônico, para cadastro de unidades consumidoras, inserção e alteração de parâmetros, bloqueio/desbloqueio de abastecimentos, bem como para a obtenção de informações relativas aos abastecimentos por meio de consultas e relatórios e o gerenciamento das demais ocorrências.

9.12. O acesso ao sistema de gestão de abastecimento deve ser realizado em ambiente exclusivamente *online*, não devendo depender da instalação prévia de qualquer *software* ou

programas nos computadores dos usuários para o seu pleno funcionamento.

9.12.1. As principais funções/comandos que o usuário irá utilizar deverão ser no idioma português (Brasil), ou utilizar palavras no idioma inglês amplamente utilizadas e conhecidas, como: *Yes, No, Download, Help, etc...*

9.12.2. O sistema de gestão de abastecimento deverá ainda disponibilizar uma ferramenta de ajuda ao usuário, possibilitando-o obter informações e orientações, de forma autônoma, sobre como manuseá-lo (manual do usuário com prints de tela e/ou tutorial online com vídeo aulas).

9.13. A empresa deverá dispor de aplicativo (*app*) de celular (*Android e IOS*) para acessar o sistema. Deverá ser solicitado login e senha individual para acessar o sistema, de acordo com o perfil, pré-definido, do usuário.

9.13.1. Em nenhuma hipótese o aplicativo poderá permitir que o usuário realize operações não autorizadas pelo seu acesso normal ao sistema pelo website.

9.13.2. A finalidade precípua do aplicativo será o de realizar consultas com teor apenas informativo, tais como: saldo no cartão, última quilometragem registrada pela unidade consumidora, localização da rede de postos credenciados pela Contratada, preços unitários cobrados por tipo de combustível em cada posto credenciado, entre outros.

9.14. O sistema de gestão de abastecimento **deverá ser CUSTOMIZÁVEL**, ou seja, **deverá estar apto a sofrer alterações e ajustes nas suas ferramentas e travas de segurança**, de acordo com as necessidades e demandas da Administração Pública, sendo que para alcance dessa finalidade será concedido um prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 06 (seis) meses, incluindo a criação e/ou programação das travas e eventuais fases de testes. Este quesito deverá ser devidamente cumprido pela empresa vencedora e, em hipótese alguma, poderá negar-se a customizar o sistema, salvo os casos de solicitações que sejam divergentes do objeto estabelecido neste Termo e devidamente justificadas pela empresa.

9.14.1. Devido ao expressivo número de órgãos que a SEPLAD atende, é imprescindível que todas as customizações e alterações feitas pela administração pública dentro do sistema de abastecimento, possuam a opção de serem realizadas “em item”, afim de que se possa trazer mais celeridade a estes processos.

9.14.2. Todas as solicitações de customização do sistema serão realizadas diretamente ou por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD) à empresa licitante vencedora.

9.15. Nas hipóteses em que a empresa licitante vencedora atualize a versão do seu sistema ou realize algum tipo de inserção, modificação, alteração das suas ferramentas por iniciativa própria, a **SEPLAD deve obrigatoriamente ser notificada por escrito (documento em**

formato digital) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

9.15.1. Caso a atualização do sistema seja feita de forma emergencial para corrigir algum erro do sistema, hipótese em que o prazo de quinze dias descrito anteriormente eventualmente possa não ser cumprido, a empresa licitante vencedora terá o prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para comunicar à SEPLAD, em e-mail a ser informado, sobre a natureza do(s) erro(s) que foram corrigidos e, sempre que possível, a data em que os mesmos foram detectados e desde quando estavam ocorrendo no sistema.

9.15.2. As notificações que tratem sobre as alterações, inserções, atualizações, erros ou modificações do sistema tratadas acima, devem conter uma explicação sucinta sobre o modo de funcionamento da nova ferramenta ou a natureza da mudança da ferramenta já existente, conforme o caso.

9.16. Após o término da vigência dos contratos administrativos, a empresa vencedora do certame deverá permitir o acesso dos gestores de frota usuários ao sistema, pelo **prazo adicional mínimo de 12 (doze) meses**, exclusivamente para consulta e emissão de relatórios gerenciais, sendo vedada a venda de combustível após esse período e caso ocorra a Administração Pública Estadual não será responsabilizada pelo pagamento da despesa gerada.

9.17. O sistema de gestão de abastecimento deverá permitir que os gestores de frota de cada órgão/entidade estabeleçam um limite máximo de abastecimento (cota), em reais ou em litros, para cada unidade consumidora de sua frota. Estas cotas serão preferencialmente mensais, renovadas automaticamente no primeiro dia de cada mês, independentemente de final de semana, feriados ou afins, podendo ser alteradas e redistribuídas a qualquer momento pelo gestor de frota do órgão/entidade.

9.18. Os órgãos e as entidades estaduais participantes deste Registro de Preços poderão utilizar toda a rede de postos de abastecimento, credenciados e disponibilizados pelo licitante vencedor, para abastecer suas unidades consumidoras.

9.19. A empresa vencedora deverá disponibilizar o serviço alternativo de atendimento mediante linha telefônica gratuita (0800) e/ou contato de suporte via chat on-line a ser utilizado na ocorrência de defeitos ou falhas no equipamento da Contratada instalado na rede de estabelecimentos credenciados, devido à falta de energia ou qualquer outro motivo, a fim de que todos os dados da transação sejam registrados imediatamente no sistema no após o reestabelecimento da normalidade. Esta modalidade de transação será aceita apenas nos casos especificados neste item, cabendo à empresa vencedora a realização de auditorias nesses tipos de transações e em casos de recorrências a mesma deverá verificar o motivo do não funcionamento dos dispositivos destinados a autorizar a transação mediante a utilização do cartão magnético.

9.20. No caso de transação especificada no item acima, obriga-se a Contratada a disponibilizar procedimento de compra que consista na obtenção, por telefone, por parte do posto, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da Contratada, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota da Contratante, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

9.21. O serviço descrito no item 3.19 deverá ser disponibilizado pela empresa vencedora, no mínimo, no horário compreendido entre as 08h00min e 18h00min, nos 7 (sete) dias da semana, de modo a garantir os abastecimentos dos órgãos e das entidades estaduais.

9.22. O sistema informatizado de gerenciamento não deve autorizar que abastecimentos sejam realizados pelo Contratante se ocorrer qualquer uma das seguintes condições abaixo:

- a) O prazo final da vigência do contrato for atingido, sem que a devida renovação ou aditivo de prazo tenha sido realizado;
- b) O valor global contratado tenha sido atingido;
- c) O órgão não possui saldo/crédito disponível no sistema.

9.23. Caso ocorram abastecimentos nas condições acima citadas, a Administração Pública ficará isenta de quaisquer cobranças de valores, não reconhecidas, realizada pela Contratada.

10 CADASTROS DE UNIDADES CONSUMIDORAS, CONTRATOS DE LOCAÇÃO E CONTRATOS FIRMADOS COM A EMPRESA CONTRATADA

10.1. Para cada cadastro individual a ser realizado no sistema pelo gestor de frota do órgão/entidade, seja de veículos, motocicletas, embarcações, motores, entre outros, os seguintes itens serão de preenchimento obrigatório:

10.1.1. Placas de Identificação Veicular – PIV, de acordo com as seguintes legislações:

- a) Resolução CONTRAN nº 231/2007: com padrão composto por 07 (sete) caracteres alfanuméricos na sequência LLLNNNN;
- b) Resolução CONTRAN nº 780/2019 (ou posterior): com padrão composto por 07 (sete) caracteres alfanuméricos na sequência LLLNLNN;
- c) A indicação “L” na PIV refere-se à letra (pertencente ao alfabeto oficial da Língua Portuguesa), já o caractere “N” faz referência ao numeral (pertencente ao Sistema de Numeração Decimal).

10.1.2. Numeração associada ao RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores) com espaço mínimo de 11 (onze) caracteres, no caso de veículos automotores. Nos outros casos serão atribuídos pela SEPLAD códigos correspondentes de modo a permitir a identificação do equipamento.

10.1.3. Código do CHASSI, com espaço mínimo de 17 (dezessete) caracteres.

10.1.4 Marca e modelo da unidade.

10.1.5 Ano de fabricação/modelo da unidade.

10.1.6 Categoria da unidade.

10.1.7 Tipos de combustíveis utilizados.

10.1.8 Capacidade de armazenamento do tanque de combustível (de acordo com o Manual Técnico).

10.1.9 Propriedade da unidade.

10.1.10 Valor mensal (cota em reais) que será reservado àquela unidade.

10.2 O campo “Categoria da unidade” listado no item 10.1.6 deverá possuir pré-cadastrado no seu banco de dados as seguintes nomenclaturas:

- a) Automóvel/Veículo Leve;
- b) Moto/Motocicleta;
- c) Caminhonete/Pick-Up;
- d) Ambulância;
- e) Micro Ônibus/Van;
- f) Utilitário/Jipe
- g) Ônibus;
- h) Caminhão;
- i) Embarcação/Lancha;
- j) Equipamento/Motor.

10.2.1. Por solicitação da Administração, novas nomenclaturas poderão eventualmente ser adicionadas à lista acima relacionada, conforme a necessidade.

10.3. O campo “Propriedade da unidade” listado no item 10.1.9 deverá possuir pré-cadastrado no seu banco de dados as seguintes nomenclaturas:

- a) Próprio;
- b) Locado;
- c) Doação;
- d) Cedido;
- e) Convênio;
- f) Apreensão Judicial.

10.3.1. Por solicitação da Administração Pública, novas nomenclaturas poderão eventualmente ser adicionadas à lista acima relacionada, conforme a necessidade;

10.3.2. Caso seja selecionada a opção “10.3. b) Locado”, indicando que o veículo é oriundo de um contrato de locação de veículos, os seguintes campos a serem preenchidos devem obrigatoriamente ser disponibilizados:

10.3.2.1. Número do contrato de locação;

10.3.2.2. Identificação da Razão Social da empresa locadora de veículos;

10.3.2.3. Vigência do contrato de locação;

10.4. Para cada cadastro individual de uma unidade consumidora realizado no sistema, um cartão magnético ou de chip definitivo (vinculado àquela unidade) deverá ser obrigatoriamente confeccionado. A estimativa do quantitativo de unidades consumidoras por órgão está disposta no Anexo III do edital.

10.5. Em se tratando de unidades consumidoras cuja utilização seja temporária, o gestor de frota de cada órgão ou entidade solicitará o cadastro da unidade consumidora ao órgão gerenciador do sistema (SEPLAD) e este procederá com o cadastro temporário no sistema de gestão de abastecimento, sem que seja realizada a confecção/impressão do respectivo cartão magnético ou de chip definitivo para aquela unidade.

10.5.1. O sistema deve permitir a parametrização do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a vinculação de veículos temporários.

10.6. Para cada cadastro individual a ser realizado no sistema pelo gestor de frota do órgão ou da entidade estadual, seja de veículos, motocicletas, embarcações, motores, entre outros, os seguintes itens serão de preenchimento opcional:

- a) Cor da unidade;
- b) UF de origem da unidade consumidora;

- c) Hodômetro ou horímetro;
- d) Motorização;
- e) Registro de Patrimônio do bem.

10.7. Todo cadastro realizado pelo gestor de frota do órgão ou da entidade estadual deverá, obrigatoriamente, ficar pendente de avaliação a ser realizada pelo órgão gerenciador do Sistema (SEPLAD). Após a avaliação, o cadastro da unidade poderá ser aprovado ou negado, de acordo com os critérios adotados pela Administração.

10.7.1 Apenas os cadastros que tenham sido aprovados terão seu cartão magnético individual confeccionado e a entrega dos mesmos na sede do órgão ou da entidade que o cadastrou não deve exceder o prazo máximo de 21 (vinte e um) dias, contados a partir da aprovação do cadastro no sistema, conforme os termos descritos no item 7.7 deste Termo de Referência.

10.7.2 Nas hipóteses em que o cadastro tenha sido negado, o sistema deverá permitir que um novo cadastro (com a mesma placa) seja realizado pelo usuário que o cadastrou ou, alternativamente, que o referido usuário possa editar os dados incorretos, corrigindo-os, de forma a realizar nova tentativa de solicitação de liberação/autorização do cadastro da unidade consumidora.

10.8. O sistema de gestão de abastecimento deverá obrigatoriamente criticar qualquer registro de duplicidade de placa no momento do cadastro na frota do órgão/entidade ou entre frotas distintas, disparando um alerta “pop-up” ou aviso no próprio sistema identificando a frota/órgão na qual o veículo encontra-se cadastrado.

10.9. Nos cadastros de equipamentos deverão existir campos com tipos de equipamentos pré-existent, conforme especificação elaborada pela SEPLAD, para seleção do tipo de equipamento a ser incluído no sistema e no caso de cadastros de equipamentos que não estejam previstos na tela de cadastros a SEPLAD deverá validar a criação de novos tipos de equipamentos. Os códigos correspondentes às placas deverão ser gerados automaticamente, considerando o último cadastro realizado.

10.10. As unidades consumidoras que tenham tido seus cadastros negados, bloqueados ou cancelados, por qualquer motivo que seja, só poderão ser reativados pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD).

10.11. O sistema deverá permitir o cadastro de Contratos de Locação de veículos automotores ou equipamentos, de forma a permitir o preenchimento dos dados listados no item 7.3.2 no ato do cadastro, devendo registrar as seguintes informações:

- 10.11.1. CNPJ e nome da empresa proprietária da unidade consumidora;
- 10.11.2. Número do contrato de locação;
- 10.11.3. Vigência do contrato de locação;

10.12. O item “10.11.3” listado anteriormente atuará como parâmetro das travas de segurança do sistema.

10.13. O sistema da empresa Contratada deverá conter um campo demonstrativo, atualizado em tempo real, com os dados referentes ao contrato administrativo firmado com os órgãos e entidades Contratantes, devendo ser indicado de forma fácil e visivelmente destacado:

- a) O valor global do contrato;
- b) A vigência contratual;
- c) O saldo contratual, sendo este calculado em relação ao valor global após cada transação de abastecimento:

**SALDO CONTRATUAL = VALOR GLOBAL CONTRATADO – SOMATÓRIO
ACUMULADO DAS TRANSAÇÕES DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.13.1. O sistema deverá emitir um alerta quando o contrato estiver nos últimos 60 (sessenta) dias de vigência.

10.13.1.1. O sistema deverá emitir um alerta quando o saldo contratual disponível estiver abaixo de 20% do valor global

10.13.2. O alerta deixará de ser emitido após a assinatura, pelas partes envolvidas, do respectivo termo aditivo de prazo do contrato.

10.13.3. As informações relativas ao novo prazo de vigência contratual e valor global (caso seja modificado) do termo aditivo serão atualizadas no sistema exclusivamente pela empresa Contratada.

10.13.4. É vedado ao Contratante a atualização das informações do contrato firmado com a empresa Contratada, bem como dos termos aditivos.

11 CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

11.1 A empresa vencedora deverá adotar medidas de segurança que impeçam o abastecimento de outros veículos e equipamentos que não sejam autorizados pelo órgão ou entidade estadual Contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos e garantindo, no mínimo, os parâmetros de segurança do sistema listados a seguir.

11.2 O uso dos cartões magnéticos para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha que será vinculada aos dados funcionais do condutor, que deverá estar devidamente cadastrado no sistema de gerenciamento de abastecimento.

11.2.1 A senha para autorização das transações de abastecimentos não será vinculada, em hipótese alguma, ao cartão magnético; e sim atribuída ao condutor/motorista.

11.3 O cadastro de condutores/motoristas estará obrigatoriamente vinculado ao seu CPF não podendo, em hipótese alguma, existir duplicidade de cadastros (ativos ou inativos) na mesma base.

11.3.1 No ato do cadastro de condutores/motoristas no sistema, os seguintes dados devem ser obrigatórios:

- a) Nome completo do motorista;
- b) CPF do motorista;
- c) Número da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- d) Categoria da CNH;
- e) Validade da CNH.

11.3.2. O sistema de gestão de abastecimento deverá obrigatoriamente rejeitar qualquer tentativa de **duplicidade** de cadastro do mesmo motorista, vinculado ao mesmo CPF, na mesma base; e criticar, disparando um alerta ao órgão gerenciador do sistema (SEPLAD), caso se trate de bases diferentes.

11.4. O bloqueio manual do cartão magnético deverá ser online, por um servidor devidamente designado ou credenciado para esse fim pela autoridade máxima do órgão ou entidade Contratante, mediante rotina/senha específica.

11.5. O sistema deverá efetuar o bloqueio automático do usuário nos casos em que houver 03 (três) tentativas incorretas de uso da senha pessoal, tanto de acesso ao sistema pelo Gestor de Frota, quanto pelo condutor no ato do abastecimento.

11.6. O sistema deverá efetuar o bloqueio automático do cartão magnético caso ocorram 03 (três) tentativas não autorizadas de abastecimento, devido a conflitos com as travas de segurança em vigor no sistema de gestão de abastecimento.

11.7. Sempre que houver necessidade, deverá ser possível a troca periódica ou a validação da senha pessoal.

11.8. O cancelamento dos cartões magnéticos poderá ser feito diretamente pelo Gestor de Frota de cada órgão/entidade, bem como pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD), mediante solicitação formal.

11.9. O uso indevido do cartão magnético da unidade consumidora, fora dos parâmetros autorizados no cadastro do veículo, ou ainda pelo abastecimento realizado por usuário não autorizado, cancelado ou bloqueado no sistema, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa vencedora.

11.10. A empresa vencedora não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado, extraviado ou roubado que não for bloqueado pelo gestor de frota do órgão/entidade Contratante.

11.11. Deverá ser facultado ao órgão ou entidade estadual o cancelamento definitivo do cadastro da unidade consumidora e do seu respectivo cartão magnético no sistema de gestão. A exclusão do cadastro da unidade consumidora (e do cartão de abastecimento) também poderá ser realizada pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD).

11.12. Caso não seja viável tecnicamente a exclusão definitiva do cadastro da unidade consumidora, o sistema de gestão deverá permitir a reativação do cadastro da unidade consumidora cancelada com o reaproveitamento, se possível, do mesmo cartão magnético previamente cancelado, de forma a evitar a confecção de uma nova via.

12 TRAVAS DE SEGURANÇA

12.1. O sistema deve possuir, obrigatoriamente, um conjunto de ferramentas/travas de segurança, a serem parametrizadas pelo órgão gerenciador do sistema (SEPLAD), que irão servir como parâmetros limitadores para todos os abastecimentos realizados pelos gestores de frota estaduais, como forma de garantir a segurança e fidedignidade das informações registradas, bem como coibir a eventual má utilização dos cartões magnéticos.

12.2. O sistema de gestão de abastecimento deve possuir as seguintes **travas de segurança de cunho obrigatório**, não opcionais e que estarão funcionando permanentemente para todos os abastecimentos realizados pelos órgãos e entidades estaduais usuárias do sistema, sem exceções:

- a) Um limitador diário de abastecimento (teto máximo em reais e/ou litros).
- b) Um limitador diário da quantidade máxima de transações permitidas por unidade consumidora ativa. (Exemplo: cada cartão magnético só poderá ser utilizado três vezes ao dia).
- c) Bloqueio automáticos dos cartões magnéticos sempre que for atingido um número pré-determinado de dias inativos sem abastecimento (Exemplo: bloqueio do cartão se a unidade alcançar sessenta dias corridos sem abastecer).
- d) O hodômetro registrado na transação de abastecimento não poderá ser igual ou inferior ao último registro anterior de abastecimento. Em casos de inconsistências o sistema permitirá meios para realização de auditoria e correção.
- e) Cada abastecimento individual deve ser limitado pela capacidade de tanque cadastrada da unidade consumidora. (Exemplo: autorizado a abastecer no máximo 50 litros).
- f) Cada abastecimento individual deve ser limitado pelo tipo de combustível autorizado para a unidade consumidora. (Exemplo: autorizado a abastecer apenas gasolina comum e etanol).
- g) Um limitador de data para os veículos provenientes de contratos de locação e que só poderá ser alterado/atualizado pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD).
- h) Uma trava de valor unitário máximo por tipo de combustível em cada Município (Exemplo: preço máximo da gasolina a R\$ 5,00/litro no Município de Belém).
- i) Uma trava de intervalo de tempo mínimo entre cada abastecimento efetuado pelo mesmo cartão, mensurado em horas.

j) Um limitador de data para a senha dos motoristas cadastrados, com base na data de vencimento das suas respectivas CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

12.3. Os itens “12.2” listados anteriormente atuarão também como parâmetro das travas de segurança do sistema.

12.4. O sistema de gestão de abastecimento deve possuir as seguintes **travas de segurança opcionais**, de cunho não obrigatório e que devem ser de uso discricionário dos gestores de frota dos órgãos Contratantes:

a) Limites mínimos e máximos de desempenho (média de km/litro ou horas/litro) apresentado pela unidade consumidora.

b) Um limitador de abastecimento por dia da semana e horário de abastecimento.

12.5. O sistema deverá permitir **a aplicação das travas para todos os órgãos e entidades de forma sistêmica, implementadas de forma única e aplicável a todas as bases automaticamente**, sem necessidade obrigatória de parametrização individual em cada base/usuário/órgão Contratante.

13 CARTÕES TEMPORÁRIOS

13.1. Além dos cartões definitivos confeccionados para cada unidade consumidora cadastrada e autorizada no sistema, o licitante vencedor deverá disponibilizar uma cota de cartões temporários para cada órgão/entidade contratante. Tais cartões não conterão os dados de nenhuma unidade consumidora específica na sua impressão e sua função será a de substituir, temporariamente, o uso do cartão definitivo por um prazo determinado, devido a um dos motivos abaixo:

a) O Contratante cadastrou uma unidade consumidora e enquanto aguarda a chegada do cartão definitivo, utiliza o temporário no seu lugar.

b) O cartão definitivo foi cancelado (devido à perda, roubo, extravio ou por dano na sua tarja magnética) e uma segunda via do mesmo foi solicitada. Novamente, enquanto aguarda a chegada do novo cartão definitivo, utiliza o temporário no seu lugar. Nos casos de furto, roubo ou extravio, o Contratante ficará responsável por apresentar ao Órgão Gerenciador do Sistema a cópia do respectivo Boletim de Ocorrência.

c) O Contratante necessita cadastrar uma unidade por um curto espaço de tempo (por exemplo, um veículo de locação eventual), sendo inviável para tal a confecção de um cartão definitivo para a unidade devido ao reduzido tempo de uso, utilizando-se apenas do cartão temporário para abastecer.

d) Quaisquer outras situações atípicas ou emergenciais que requeiram o uso imediato do cartão temporário e que serão avaliadas pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD).

13.2. A efetiva utilização do cartão temporário será concretizada após a vinculação, realizada de forma exclusiva pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD), da unidade consumidora cadastrada e autorizada no sistema ao número/código que identifique o cartão temporário no sistema, por um prazo previamente determinado.

13.3. A cota de cartões temporários disponíveis para cada órgão/entidade Contratante será determinada pela SEPLAD e solicitada pela mesma à empresa vencedora do certame.

13.4. Os cartões temporários devem gerar, obrigatoriamente, as mesmas informações no cupom fiscal no ato do abastecimento previstos neste Termo de Referência, bem como produzir as mesmas informações gerenciais disponíveis nos relatórios a partir do uso dos cartões definitivos.

13.5. O uso concomitante do cartão definitivo e do cartão temporário é estritamente vedado.

14 RELATÓRIOS GERENCIAIS

14.1. A licitante vencedora deverá dispor de **ferramenta de BI** (Inteligência de Negócios) que permita agrupar e filtrar, de forma simples e célere, os dados de todos os órgãos e entidades que aderirem à contratação, de forma consolidada, relacionando através de indicadores as principais disparidades encontradas. As informações do painel serão auditadas pela empresa sempre que houver solicitação proferida pelo Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD).

14.2. O sistema de gestão deve possuir a capacidade de gerar, a qualquer momento, diversos tipos de relatórios **gerenciais, operacionais e financeiros** para controle, acompanhamento e gestão das informações relacionadas às unidades consumidoras e seus respectivos abastecimentos.

14.3. Estes relatórios poderão ser filtrados, detalhados ou consolidados por período (dia, semana, mês, etc), unidade consumidora individual, órgão/entidade específica ou Estado (formado pelo conjunto de todos os órgãos e entidades participantes do Registro de Preços), durante todo o período de vigência do contrato.

14.4. Todos os relatórios disponíveis no Sistema deverão ser passíveis de serem:

- a) Exibidos na tela do computador.
- b) Realizado *download* no formato *PDF* e em formato de planilha eletrônica compatível com o programa *Microsoft Excel* (versão mais recente).
- c) Pesquisados pela sua própria base, individualmente, no caso dos órgãos Contratantes e, no

caso do Órgão Gerenciador do Sistema (SEPLAD), pesquisado pelo conjunto parcial ou total de todos os órgãos e entidades participantes do certame licitatório.

14.5. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes tipos de relatórios:

- a) Relatório **sintético/resumido** que deve demonstrar, sequencialmente e de forma resumida, o somatório consolidado de todos os abastecimentos realizados num determinado período pelo órgão/entidade demonstrando, no mínimo: o número do cartão e as placas que realizaram os abastecimentos, o tipo de combustível, a quantidade de abastecimentos realizados no período pesquisado e o valor/volume total abastecido (em reais e litros, respectivamente) pelas unidades consumidoras individualmente e o valor total geral consumido no período (em reais e litros).
- b) Relatório **analítico/detalhado** que deve demonstrar, sequencialmente e sem quebra de página, todos os abastecimentos individuais realizados num determinado período pelo órgão/entidade demonstrando no mínimo: a placa e o código RENAVAM da unidade consumidora, sua marca/modelo, o posto e o município onde foi realizado o abastecimento, a data e o horário do abastecimento, a identificação do condutor (nome completo), o tipo de combustível abastecido, o hodômetro digitado, o preço unitário do combustível, a quantidade abastecida em litros e o valor total pago em cada abastecimento. Por fim, deve conter também o somatório geral, em reais e litros, dos valores abastecidos.
- c) Relatório de **saldos** que identifique a unidade consumidora no mínimo pela placa e demonstre seu saldo individual remanescente no mês, bem como o saldo geral disponível para o órgão/entidade estadual em tempo real.
- d) Relatório de **postos credenciados** que identifique no próprio sistema e de forma atualizada, a rede de postos credenciados, contendo no mínimo: o município onde o posto está localizado, a razão social e/ou o nome fantasia do posto, um telefone de contato e o seu endereço completo.
- e) Relatório que liste os últimos **preços unitários registrados no sistema**, de cada um dos tipos de combustível, contendo no mínimo a identificação do posto, a data e o município onde ocorreu o abastecimento.
- f) Relatório que identifique o **quantitativo de unidades consumidoras** em cada órgão usuário do sistema de gestão de abastecimento, contendo um filtro que permita pesquisar as unidades pelo seu status (ativo, bloqueado, cancelado, etc.) bem como a identificação de cada unidade pela placa ou código associado.
- g) Relatório indicando a quantidade de órgãos/entidades **inadimplentes** em relação ao pagamento dos faturamentos mensais, devendo conter em sua estrutura: nome do Contratante,

identificação da nota fiscal/fatura pendente, o período de competência, valor total por contratante, quantidade de dias em atraso, e valor total geral.

h) Relatório discriminado os órgãos/entidades **bloqueadas no sistema**, evidenciado o motivo que ocasionou o bloqueio.

i) Relação dos **gestores de frota credenciados** em cada órgão/base no sistema, evidenciando os respectivos perfis de acesso.

j) Relatório das **operações não autorizadas/realizadas** individualmente por cada cartão magnético, por estarem em desconformidade com as parametrizações e/ou travas de segurança em vigor no sistema.

k) Relatório do **último abastecimento registrado** em cada cartão magnético, de cada órgão/base no sistema, devendo ser discriminado o número do cartão, a placa, a data e local do último abastecimento registrado, o último hodômetro registrado, bem como uma contagem de dias inativos sem registro de abastecimento.

l) Relação do **preço médio pago por tipo de combustível** e seu respectivo percentual em relação à quantidade total de transações.

m) Relatório **mensal de faturamento**, contendo a identificação das transações que compõem os valores a serem pagos à Contratada por cada fatura, incluindo o cômputo dos valores em reais gastos pelas unidades consumidoras no período faturado, seu respectivo volume em litros.

n) Relatório mensal resumido da **despesa geral realizada por toda Administração Pública Estadual**, identificando cada órgão/entidade responsável, devendo conter: valor total em reais, volume total de litros por tipo de combustível e valor médio unitário por tipo de combustível.

o) Relação de todos os **motoristas** cadastrados em cada órgão/entidade.

p) Relatório de **transações por veículo (placa)** ou **motorista** (nome ou CPF), por período pesquisado.

q) Relatório do quantitativo de **veículos vinculados a cada Contrato de Locação**, de acordo com os parâmetros especificados no item 10.11.

14.6. Os relatórios devem fornecer todas as informações disponíveis no sistema sobre os itens de análise e permitir visualizá-los de forma customizada, utilizando os campos informativos como critérios de filtragem.

14.7. O intervalo temporal para qualquer tipo de relatório deve ser de, no mínimo, 92 (noventa e dois) dias, possibilitando desta forma a exportação de relatórios contendo dados de pelo menos três meses de consulta.

14.8. Todos os relatórios devem conter cabeçalho que identifique o sistema de onde foram

retiradas as informações geradas, bem como a identificação do órgão/entidade pesquisada, a data em que foi gerado o relatório e, quando aplicável, a identificação individual da unidade pesquisada (preferencialmente pela placa) e o período pesquisado.

15 ACESSO AO SISTEMA E FERRAMENTAS DE VISUALIZAÇÃO

15.1. O sistema de gestão de abastecimento deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) níveis de acesso diferenciados:

15.1.1. GESTOR GERENCIADOR DO SISTEMA (SEPLAD): terá acesso irrestrito às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras de todos os órgãos e entidades estaduais participantes do Registro de Preços, sendo esse acesso realizado de forma rápida, podendo escolher de forma fácil qual base pretende acessar a qualquer momento. Poderá incluir ou alterar parâmetros de qualquer unidade cadastrada e terá acesso exclusivo às seguintes funções:

- a) Vinculação e desvinculação dos cartões temporários.
- b) Desbloqueio dos cartões no sistema, independente da causa que originou o bloqueio.
- c) Autorização/cancelamento das unidades pré-cadastrados pelos gestores de frota dos órgãos e das entidades no sistema e cuja aprovação esteja pendente da análise da SEPLAD.
- d) Alteração dos seguintes dados cadastrais de unidades já autorizadas e ativas: capacidade de tanque da unidade consumidora, tipos de combustíveis autorizados a abastecer, propriedade da unidade e os dados relativos ao contrato de locação ao qual pertence (se for o caso).
- e) Emissão de relatórios com dados consolidados de todos os órgãos/entidades da Administração Pública (de forma conjunta em um único arquivo).
- f) Cadastro e exclusão dos Gestores de Frota dos órgãos/entidades estaduais no sistema de gestão de abastecimento.
- g) Inclusão/exclusão de travas para todos os Órgãos

15.1.2 GESTOR DE FROTA ESTADUAL: terá acesso aos dados das unidades consumidoras exclusivamente do órgão/entidade a que pertence. Poderão ser cadastrados simultaneamente mais do que um Gestor de Frota Estadual em cada base, desde que com senhas individualizadas, que terão acesso às seguintes funções:

- a) Pré-cadastro de veículos e equipamentos.
- b) Cadastro, atualização de dados e exclusão de motoristas.
- c) Alteração/edição dos dados das unidades consumidoras ativas da sua frota: Código RENAVAL, chassi, marca/modelo da unidade, ano, categoria e cor.

- d) Emissão de relatórios gerenciais e financeiros.
- e) Inserção e alteração dos valores/créditos mensais atribuídos a cada unidade consumidora ativa.
- f) Bloqueio e cancelamento de cartões definitivos no sistema.
- g) Cadastro e exclusão de Gestores Perfil Consulta do seu órgão/entidade.
- h) Inclusão/exclusão de travas apenas para o Órgão, não sobressaindo sobre as travas implementadas pela SEPLAD.

15.1.3 GESTOR PERFIL CONSULTA: terá acesso limitado aos dados exclusivamente do seu órgão/entidade ao qual está vinculado. Esse perfil poderá apenas realizar a consulta dos dados da sua frota, bem como emitir quaisquer relatórios gerenciais e financeiros disponíveis no sistema. Não poderá realizar modificações de qualquer natureza ou alterar qualquer tipo de parâmetro das suas unidades consumidoras. Poderá ser cadastrado mais do que um gestor de frota operacional em cada base, desde que com senhas individualizadas.

15.2. A função de desbloqueio de cartões no sistema é exclusiva do Gestor Gerenciador do Sistema (SEPLAD).

15.3. Todas as senhas são individuais e intransferíveis, não podendo, em nenhuma hipótese, um gestor possuir mais do que uma senha de acesso ou a mesma senha ser compartilhada e utilizada para o acesso de múltiplos gestores do mesmo órgão ou entidade.

15.4. O acesso dos gestores de qualquer perfil ao sistema de gestão de abastecimento será realizado mediante identificação por login e senha, cabendo a ele toda a responsabilidade pela sua guarda e segurança.

15.5. O sistema de gestão de abastecimento deve obrigatoriamente guardar registro com o histórico das operações realizadas pelos usuários, identificando nominalmente o usuário e a data em que as operações foram realizadas.

15.6. O sistema permitirá ao Gestor Gerenciador do Sistema (SEPLAD) a visualização dos órgãos e entidades com restrições para aquisição de combustíveis durante a vigência contratual.

15.7. Em caso de pagamento da Nota Fiscal de forma parcial ou fracionada, é de responsabilidade do Contratante informar formalmente à Contratada sobre o valor fracionado pago, indicando a Nota Fiscal a que se refere o pagamento e a previsão para quitação do valor integral.

15.7.1. O sistema deverá conter um recurso que identifique qual título não foi quitado de forma integral.

16 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- 16.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 16.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 16.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 16.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e
- 16.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
 - a. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 17.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 17.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 17.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 17.1.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto da presente contratação, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do órgão ou entidade Contratante não eximirá a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.

17.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão ou entidade Contratante, cujas reclamações referentes à execução contratual se obrigará prontamente a atender.

17.1.7. Executar pontualmente o pagamento aos estabelecimentos credenciados referentes aos valores dos abastecimentos realizados pelas unidades consumidoras dos órgãos Contratantes, asseverando-se de que os mesmos não responderão solidária ou subsidiariamente pelo pagamento, sendo este da exclusiva responsabilidade da empresa Contratada.

17.1.8. Emitir fatura para acobertar a prestação de serviço (combustível/agenciamento) na operação tributada pelo ICMS (sem destaque do imposto) constando o percentual de desconto resultante da licitação.

17.1.9. Comunicar à Contratante qualquer acréscimo ou supressão na relação de postos credenciados.

17.1.10. **Credenciar qualquer posto de abastecimento, desde que atenda aos requisitos mínimos exigidos pela ANP**, esteja localizado no Estado do Pará e que o mesmo não seja de propriedade de servidor público estadual ou possua em seu quadro sócio-dirigente que seja servidor público do Poder Executivo Estadual.

17.1.11. **A empresa não poderá se recusar, sem processo devidamente fundamentado, a cadastrar Posto de Abastecimento que queira se credenciar no sistema, quando o posto possuir os requisitos mínimos exigidos pela ANP.**

17.1.12. Fornecer tantos cartões magnéticos quantos forem solicitados pelos órgãos ou entidades Contratantes, sem qualquer ônus adicional.

17.1.13. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

17.1.14. Assumir inteira e total responsabilidade decorrente da prestação dos serviços objeto da presente contratação, incluído os custos diretos e indiretos com os seus funcionários, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão dos cartões, encargos sociais e outras necessárias, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente aos órgãos ou entidades Contratantes, ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

17.1.15. Assumir plena responsabilidade por todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio dos órgãos e entidades Contratantes ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto, mesmo na execução dos serviços.

17.1.16. Disponibilizar à Administração Estadual em até 90 (noventa) dias corridos, contados da homologação da ata de registro de preços, derivada deste certame, o sistema de gerenciamento, conforme os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

17.1.16.1 O prazo disposto no item anterior poderá ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, desde que a dilatação do prazo seja solicitada com antecedência pela Contratada, com exposição de fatos comprovando os motivos que justifiquem o pedido, e com a devida anuência da Administração.

17.1.17. Disponibilizar um técnico residente, que ficará à disposição na SEPLAD/DGL, durante todo o período de prestação de serviços, para atendimento das solicitações, recebimento de documentos e protocolos e dirimir dúvidas dos órgãos e entidades Contratantes.

17.1.17.1 A empresa deverá munir seu técnico residente com computador portátil, acesso independente a internet e uma senha de acesso ao sistema de gestão de combustível. O técnico poderá atender os demais Órgãos da Administração Pública Estadual para tratar dos contratos oriundos da ARP.

17.1.18. A Contratada possui o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato administrativo e respectivos aditivos dos órgãos e entidades Contratantes, contados a partir da data de envio em formato eletrônico (e-mail).

17.1.19. A Contratada possui o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para liberação/renovação de limite/saldo contratual da Contratante no sistema de gestão, contados a partir da sua assinatura no respectivo contrato/aditivo.

17.1.20. Atender todas as normas e condições instituídas no edital e anexos, reguladores do presente processo.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto no limite máximo de 30% do valor total do contrato.

19 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde

que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

20.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

20.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica a corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.4. A Administração deverá exercer a fiscalização dos serviços prestados pela Contratada por meio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

20.4.1. Designar por portaria 02 (dois) servidores para compor a equipe gestora de frota de veículos do seu órgão/entidade estadual, sendo pelo menos 01 (um) deles ocupante de cargo efetivo, na forma prevista no Artigo 26º do Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020 (publicado no Diário Oficial do Estado Nº 34.322, de 25 de agosto de 2020).

20.4.2. Não permitir que a Contratada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

20.4.3 Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e, no caso de imperfeições, fixar prazo para correção.

20.4.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

20.4.5. Efetuar o pagamento à empresa Contratada, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal / Fatura e após a conferência da documentação e o do atesto da Nota Fiscal / Fatura realizado pelo Fiscal do Contrato.

20.4.6. Rejeitar em todo ou em parte os serviços em desacordo com o Contrato.

21 DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em agência e conta corrente do Banco do Estado do Pará.

21.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

21.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

21.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

21.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, a que se refere o item 10.5 deste Termo.

21.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

21.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.11. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

21.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.13 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I x N x VP$, sendo:

$EM =$ Encargos moratórios;

$N =$ Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

22 DO REAJUSTE

22.1. O percentual de desconto resultante do menor preço da licitação é fixo e irrevogável.

22.2 As revisões contratuais após, o interregno mínimo de 1 (um) ano será na forma prevista no Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021.

22.2.1 O interregno mínimo de 01 ano começará a contar da data prevista para apresentação da proposta conforme critério estabelecido no art. 41, XI, da Lei nº 8.666/93.

22.2.2 Para executar a competência prevista no § 1º, do Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) fará publicar ou divulgar, em ambiente eletrônico próprio, os preços máximos aceitáveis dos combustíveis utilizados pela frota estadual, respaldando-se em divulgações periódicas oficiais publicadas no endereço eletrônico da Agência Nacional de Petróleo (ANP), na forma da Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e demais legislações aplicáveis, os quais servirão de parâmetro para reajustamento dos preços registrados e seus respectivos contratos.

22.3 Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo para a revisão contratual decorrente do reajustamento de preços dos combustíveis publicados através de Portaria, quando este ocorrer.

22.4 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13.

22.5 A revisão decorrente dos preços máximos publicados será realizada por apostilamento.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1 O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

23.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

23.2.1- **caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública**, devendo estes ter sido emitidos

sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

23.2.2- seguro-garantia;

23.2.3- fiança bancária.

23.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, no Banco do Estado do Pará, com correção monetária, em favor do Contratante.

23.4 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

23.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.6 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.7 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/93)

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

24.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

24.2.2. multa moratória de 2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3% (três por cento) de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.5. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Pará com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 24.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 24.1 deste Termo de Referência;

24.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

24.3. As sanções previstas nos subitens 24.2.1, 24.3.3, 24.3.4 e 24.3.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa moratória, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros.

Belém, 17 de novembro de 2021.

Responsável pelo Termo de Referência:

Flávia Nunes
Coordenadora de Logística e Gastos Públicos

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO II**CONSUMO ESTIMADO DE COMBUSTÍVEL POR MUNICÍPIO**

UF	Cidade	Litros
AM	NHAMUNDA	460
AP	LARANJAL DO JARI	18.832
AP	MACAPA	250
CE	FORTALEZA	71
CE	TIANGUA	62
DF	BRASILIA	3.861
DF	CANDANGOLANDIA	110
DF	GAMA	427
DF	GUARA	53
DF	SANTA MARIA	486
ES	VIANA	47
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIAS	113
GO	APARECIDA DE GOIANIA	194
GO	CAMPINORTE	96
GO	COCALZINHO DE GOIAS	76
GO	GOIANIA	105
GO	ITUMBIARA	111
GO	PADRE BERNARDO	157
GO	PORANGATU	137
GO	URUACU	67
MA	ACAILANDIA	2.486
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	284
MA	ALTO PARNAIBA	304
MA	BACURI	46
MA	BALSAS	83
MA	BARAO DE GRAJAU	19
MA	BARRA DO CORDA	65
MA	BOA VISTA DO GURUPI	4.439
MA	BOM JARDIM	60
MA	CAROLINA	70
MA	CAXIAS	40
MA	CIDELANDIA	46
MA	CODO	58
MA	ESTREITO	251
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	167
MA	GRAJAU	80
MA	IMPERATRIZ	2.243
MA	ITINGA DO MARANHAO	219

MA	MARACACUME	89
MA	PORTO FRANCO	35
MA	SANTA INES	231
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	145
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	59
MA	SAO LUIS	96
MA	TURILANDIA	120
MA	VILA NOVA DOS MARTIROS	41
MA	ZE DOCA	372
MG	BOM JESUS DO AMPARO	49
MG	JOAO MONLEVADE	49
MG	JOAO PINHEIRO	103
MG	PASSOS	207
MG	PIRAJUBA	53
MG	UBERLANDIA	44
MT	ALTA FLORESTA	1.036
MT	CAMPO VERDE	46
MT	CANARANA	272
MT	CONFRESA	740
MT	GUARANTA DO NORTE	6.721
MT	ITAUBA	166
MT	MATUPA	496
MT	PARANAITA	278
MT	PARANATINGA	34
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	42
MT	SINOP	51
MT	VILA RICA	803
PA	ABAETETUBA	161.877
PA	ABEL FIGUEIREDO	16.254
PA	AFUA	7.016
PA	ALENQUER	27.310
PA	ALMEIRIM	12.817
PA	ALTAMIRA	291.486
PA	ANANINDEUA	1.305.101
PA	ANAPU	39.921
PA	BAIAO	3.050
PA	BARCARENA	77.930
PA	BELEM	4.061.752
PA	BENEVIDES	106.094
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	8.684
PA	BRAGANCA	162.323
PA	BRASIL NOVO	12.124
PA	BREU BRANCO	43.492
PA	BREVES	116.297
PA	BUJARU	9.302

PA	CAMETA	83.537
PA	CANAA DOS CARAJAS	25.396
PA	CAPANEMA	237.907
PA	CAPITAO POCO	33.510
PA	CASTANHAL	372.496
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	143.302
PA	CONCORDIA DO PARA	24.984
PA	CURIONOPOLIS	24.985
PA	CURRALINHO	6.397
PA	CURUCA	12.920
PA	DOM ELISEU	73.383
PA	ELDORADO DOS CARAJAS	30.451
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	17.536
PA	GARRAFAO DO NORTE	12.772
PA	GOIANESIA DO PARA	71.861
PA	IGARAPE-MIRI	37.823
PA	IPIXUNA DO PARA	23.745
PA	IRITUIA	18.149
PA	ITAITUBA	102.370
PA	ITUPIRANGA	12.709
PA	JACAREACANGA	6.269
PA	JACUNDA	51.888
PA	JURUTI	23.368
PA	MAE DO RIO	53.609
PA	MARABA	567.085
PA	MARACANA	9.223
PA	MARAPANIM	12.052
PA	MARITUBA	412.359
PA	MEDICILANDIA	18.819
PA	MOCAJUBA	39.755
PA	MOJU	73.460
PA	MOJUI DOS CAMPOS	12.173
PA	MONTE ALEGRE	87.611
PA	MUANA	15.300
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	10.163
PA	NOVA IPIXUNA	19.731
PA	NOVO PROGRESSO	32.588
PA	NOVO REPARTIMENTO	68.579
PA	OBIDOS	30.124
PA	ORIXIMINA	30.893
PA	OUREM	17.002
PA	OURILANDIA DO NORTE	13.433
PA	PACAJA	39.038
PA	PARAGOMINAS	239.344
PA	PARAUPEBAS	188.238

PA	PAU D ARCO	702
PA	PICARRA	3.056
PA	PLACAS	6.894
PA	PORTEL	10.858
PA	PORTO DE MOZ	13.385
PA	PRAINHA	11.135
PA	PRIMAVERA	258
PA	REDENCAO	150.675
PA	RIO MARIA	12.152
PA	RONDON DO PARA	39.797
PA	RUROPOLIS	35.259
PA	SALINOPOLIS	210.338
PA	SALVATERRA	40.812
PA	SANTA ISABEL DO PARA	254.330
PA	SANTA LUZIA DO PARA	14.492
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	10.988
PA	SANTA MARIA DO PARA	38.821
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	50.512
PA	SANTAREM	371.350
PA	SANTO ANTONIO DO TAUÁ	13.212
PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	42.342
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	3.743
PA	SAO FELIX DO XINGU	71.564
PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	39.379
PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	72.065
PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	2.057
PA	SAPUCAIA	10.064
PA	SOURE	27.531
PA	TAILANDIA	156.026
PA	TERRA SANTA	17.651
PA	TOME-ACU	74.051
PA	TRAIRAO	10.587
PA	TUCUMA	30.542
PA	TUCURUI	154.555
PA	ULIANOPOLIS	32.955
PA	URUARA	36.650
PA	VIGIA	37.288
PA	WISEU	6.782
PA	VITORIA DO XINGU	1.598
PA	XINGUARA	88.487
PI	FLORIANO	41
PI	LAGOA DO PIAUI	60
PI	PICOS	145
PI	PIRIPIRI	47
PI	TERESINA	261

SP	BARRETOS	145
SP	GUARULHOS	62
TO	AGUIARNOPOLIS	1.285
TO	ALVORADA	68
TO	ARAGUAINA	1.618
TO	ARAGUATINS	1.502
TO	CARIRI DO TOCANTINS	347
TO	COLINAS DO TOCANTINS	1.374
TO	COUTO DE MAGALHAES	186
TO	DARCINOPOLIS	175
TO	FORTALEZA DO TABOCAO	114
TO	GUARAI	55
TO	GURUPI	323
TO	MIRANORTE	161
TO	NOVA OLINDA	320
TO	PARAISO DO TOCANTINS	218
TO	PORTO NACIONAL	54
TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	67
TO	TALISMA	51

Fonte: Painel de Indicadores da Ticket Log - Litros por UF - Mapa Abastecimento

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
 EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO III

**ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE UNIDADES CONSUMIDORAS POR
ÓRGÃO (2021)**

SEQ.	ÓRGÃO	UNIDADES CONSUMIDORAS ATIVAS		
		VEÍCULOS / MOTOS	EMBARCAÇÕES	MOTORES
1	ADEPARA	696	12	2
2	ARCON	26	0	0
3	CPC RENATO CHAVES	215	0	0
4	CASA CIVIL	63	0	1
5	CASA MILITAR	73	0	1
6	CEASA	4	0	0
7	CODEC	15	0	0
8	COHAB	31	0	0
9	CPH	4	0	0
10	CBM	238	29	69
11	COSANPA	197	0	21
12	CREDCIDADÃO	2	0	0
13	DETRAN	399	0	1
14	EGPA	5	0	0
15	EMATER	645	35	0
16	FAPESPA	4	0	0
17	FASEPA	99	0	1
18	FASPM	21	0	0
19	FCG	4	0	0
20	FCP	28	0	0
21	FUNTELPA	17	0	0
22	FSCMP	9	0	0
23	FUNSAU	2	0	0
24	HEMOPA	31	0	10
25	FHCGV	18	0	1
26	HOL	7	0	8
27	IASEP	10	0	0
28	IDEFLOR-BIO	116	10	0
29	IGEPREV	21	0	1
30	IMETRO	26	0	0
31	IOE	5	0	0

32	ITERPA	29	0	0
33	JUCEPA	8	0	0
32	NEPMV	22	0	0
33	NGPR	2	0	0
34	NGTM	3	0	0
35	PARAPAZ	27	0	0
36	PGE	18	0	1
37	PCPA	966	2	3
38	PMPA	3826	0	112
39	PRODEPA	23	0	0
40	SEAC	12	0	0
41	SEAP	411	0	68
42	SEDEME	6	0	0
43	SEASTER	63	0	0
44	SECOM	14	0	0
45	SECTET	3	0	0
46	SECULT	4	0	0
47	SEDAP	55	5	2
48	SEDOP	19	0	0
49	SEDOC	177	0	1
50	SEEL	5	0	0
51	SEFA	133	1	11
52	SEGUP	140	1	23
53	SEJUDH	29	0	0
54	SEMAS	109	0	0
55	SEPLAD	15	0	1
56	SESPA	418	3	44
57	SETRAN	56	0	0
58	SETUR	3	0	2
59	UEPA	89	0	0
60	VICE GOV	7	0	0
SUB-TOTAL				
TOTAL GERAL				
Fonte: Sistema de Gestão de Abastecimento da Frota de Veículos do Estado				

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: HANA SAMPAIO CHASSAN (Lei 11.419/2006)
 EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C9982A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E090653E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO IV

VOLUME ANUAL ESTIMADO DE LITROS DE COMBUSTÍVEL (2021)2

2021	CONSUMO ANUAL EM LITROS					DISTRIBUIÇÃO EM %	
ÓRGÃO	GASOLINA	ETANOL	DIESEL	DIESEL S-10	TOTAL (LITROS)	GASOLINA (FLEX)	DIESEL/S10
ADEPARÁ	232.695,48	131,52	266.992,30	189.252,48	689.071,78	34%	66%
ARCON	26.049,79	0,00	8.570,08	5.116,21	39.736,08	66%	34%
CASA CIVIL	37.282,32	0,00	6.559,12	26.392,16	70.233,60	53%	47%
CASA MILITAR	66.658,73	30,09	28.066,19	43.330,26	138.085,27	48%	52%
CEASA	3.795,19	0,00	0,00	0,00	3.795,19	100%	0%
CODEC	2.665,57	0,00	148,62	764,63	3.578,82	74%	26%
COHAB	21.319,20	0,00	599,41	2.448,45	24.367,06	87%	13%
CORPO DE BOMBEIROS	55.798,26	0,00	108.739,29	275.891,52	440.429,07	13%	87%
COSANPA	110.779,86	34,55	42.338,03	42.929,47	196.081,91	57%	43%
CPC RENATO CHAVES	15.817,66	0,00	27.752,91	191.237,64	234.808,21	7%	93%
CPH	2.796,89	0,00	0,00	0,00	2.796,89	100%	0%
CREDCIDADÃO (NGPM)	1.484,39	0,00	540,11	2.647,64	4.672,14	32%	68%
DETRAN	116.394,88	94,91	20.839,53	185.618,46	322.947,78	36%	64%
EGPA	5.965,79	0,00	7.236,39	1.483,96	14.686,14	41%	59%
EMATER	106.131,23	0,00	27.499,67	27.941,98	161.572,88	66%	34%
FAPESPA	1.386,64	0,00	636,93	815,90	2.839,47	49%	51%
FASEPA	29.148,45	18,72	8.898,10	70.001,04	108.066,31	27%	73%
FASPM	30.368,85	57,91	1.147,79	4.319,90	35.894,45	85%	15%
FUND. CARLOS GOMES	625,58	0,00	0,00	226,63	852,21	73%	27%
FUND. CULTURAL PARÁ	5.556,50	0,00	3.412,81	6.069,04	15.038,35	37%	63%
FUND. SANTA CASA	6.205,10	0,00	201.909,76	813,03	208.927,89	3%	97%
FUNSAU	4.244,80	0,00	0,00	0,00	4.244,80	100%	0%
FUNTELPA	8.417,58	0,00	5.636,68	3.224,50	17.278,76	49%	51%
GASPAR VIANNA	9.163,30	0,00	12.908,99	1.968,50	24.040,79	38%	62%
HEMOPA	15.731,60	0,00	10.662,67	9.198,77	35.593,04	44%	56%

EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - AUT. ASSINATURA ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: HARA SAMBALE CHASSAR (Lei 11.419/2006)

2 Consumo de janeiro a outubro de 2021. Fonte: Sistema Goodmanger (Ticket Log)

HOL	4.173,91	0,00	8.030,57	0,00	12.204,48	34%	66%
IASEP	8.159,26	0,00	430,35	894,04	9.483,65	86%	14%
IDEFLOR-BIO	6.282,29	0,00	3.392,40	92.450,54	102.125,23	6%	94%
IGEPREV	5.079,31	0,00	4.204,10	2.591,66	11.875,07	43%	57%
IMETROPARÁ	3.129,97	869,03	6.117,75	13.453,61	23.570,36	17%	83%
IOEPA	10.130,83	0,00	0,00	0,00	10.130,83	100%	0%
ITERPA	1.813,16	0,00	2.626,66	33.234,07	37.673,89	5%	95%
JUCEPA	7.379,03	0,00	1.188,09	0,00	8.567,12	86%	14%
NEPMV	11.233,27	0,00	0,00	0,00	11.233,27	100%	0%
NGPR	4.701,93	0,00	3.267,10	2.532,57	10.501,60	45%	55%
NGTM	2.020,73	0,00	538,83	0,00	2.559,56	79%	21%
PARÁPAZ	2.618,08	0,00	9.289,91	16.903,08	28.811,07	9%	91%
PGE	4.821,76	0,00	133,87	0,00	4.955,63	97%	3%
POLÍCIA CIVIL	354.299,07	13,44	146.796,83	748.788,83	1.249.898,17	28%	72%
POLÍCIA MILITAR	943.543,82	0,00	1.199.520,55	3.797.322,19	5.940.386,56	16%	84%
PRODEPA	15.508,48	0,00	318,52	15.757,56	31.584,56	49%	51%
SEAC	11.502,25	0,00	251,11	729,36	12.482,72	92%	8%
SEAP	162.455,65	1.738,50	102.122,41	403.335,74	669.652,30	25%	75%
SEASTER	31.580,74	684,64	9.187,79	16.306,47	57.759,64	56%	44%
SECOM	4.911,51	0,00	3.022,92	12.516,15	20.450,58	24%	76%
SECTET	2.974,58	0,00	4.545,73	1.671,37	9.191,68	32%	68%
SECULT	7.251,57	0,00	147,72	4,50	7.403,79	98%	2%
SEDAP	17.983,92	0,00	33.968,39	8.895,00	60.847,31	30%	70%
SEDEME	2.104,81	0,00	1.439,80	6.898,27	10.442,88	20%	80%
SEDOP	12.849,19	0,00	994,93	12.931,30	26.775,42	48%	52%
SEDUC	67.529,72	0,00	13.061,58	185.431,23	266.022,53	25%	75%
SEEL	663,25	0,00	253,51	405,36	1.322,12	50%	50%
SEFA	6.304,72	0,00	39.039,83	84.019,87	129.364,42	5%	95%
SEGUP	131.953,16	0,00	159.617,77	93.151,25	384.722,18	34%	66%
SEJUDH	21.536,43	38,43	4.944,07	10.253,99	36.772,92	59%	41%
SEMAS	16.615,53	0,00	16.673,81	109.593,70	142.883,04	12%	88%
SEPLAD	9.466,31	0,00	2.641,47	3.688,03	15.795,81	60%	40%
SESPA	158.095,86	0,00	159.083,21	311.771,64	628.950,71	25%	75%

EM 17/01/2022 16:56
 ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: HANA SAMPAIO Ghassean (Lei 11.419/2006)
 C1C39862Z0F13R04T0R00SEC07D1P7209-7468DE7E0900535E85-E330UZB61948Z611A

SETRAN	6.988,24	0,00	13.132,69	28.377,98	48.498,91		14%	86%
SETUR	2.413,89	0,00	0,00	0,00	2.413,89		100%	0%
UEPA	20.757,27	0,00	6.447,27	4.885,87	32.090,41		65%	35%
VICE GOVERNADORIA	2.888,24	0,00	2.516,25	3.234,90	8.639,39		33%	67%

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
 EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO V

RELAÇÃO DAS UNIDADES PARTICIPANTES	
SEQ.	UNIDADES PARTICIPANTES
1	ADEPARÁ
2	AGE
3	AGTRAN
4	ARCON
5	CASA CIVIL
6	CASA MILITAR
7	CEASA
8	CODEC
9	COHAB
10	CORPO DE BOMBEIROS
11	COSANPA
12	CPC RENATO CHAVES
13	CPH
14	CREDCIDADÃO (NGPM)
15	CRGBA
16	DETRAN
17	EGPA

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E090653E85.B3A02B619A6E281A

18	EMATER
19	FAPESPA
20	FASEPA
21	FASPM
22	FCG
23	FCP
24	FSCMP
25	FUNSAU
26	FUNTELPA
27	FHCGV
28	F. PARAPAZ
29	HEMOPA
30	HOL
31	IASEP
32	IDEFLOR-BIO
33	IGEPREV
34	IMETROPARÁ
35	IOEPA
36	ITERPA
37	JUCEPA
38	NGPR

39	NGTM
40	PGE
41	POLÍCIA CIVIL
42	POLÍCIA MILITAR
43	PRODEPA
44	SEAC
45	SEAP
46	SEASTER
47	SECOM
48	SECTET
49	SECULT
50	SEDAP
51	SEDEME
52	SEDOP
53	SEDUC
54	SEEL
55	SEFA
56	SEGUP
57	SEJUDH
58	SEMAS
59	SEPLAD

60	SESPA
61	SETRAN
62	SETUR
63	UEPA
64	VICE GOVERNADORIA

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
 EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO VI
PROPOSTA DE PREÇOS
(Modelo)

À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO/PA

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento do serviços -----
 -----, pelo valor total de R\$ _____ (_____), nos termos do Edital e seus Anexos e conforme especificações abaixo.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético	
Percentual de desconto resultante da diferença entre o valor estimado e o valor do lance final ofertado, conforme formula (diferença/estimado) * 100	

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7488E7E090653E85.B3A02B619A6E281A
 EM 12/01/2022 16:56

sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel: _____ (Conter obrigatoriamente pelo menos uma linha fixa)

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

Observações:

a) A licitante deverá apresentar sua Proposta contendo a descrição do grupo/ítem, a quantidade e o valor unitário e total do ítem;

b) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E0906553E85.B3A02B619A6E281A

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2021.
(MINUTA)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RELATIVA AO PREGÃO ELETRÔNICO SEPLAD/DGL/SRP Nº 006/2020. Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2021, a Secretária de Estado de Planejamento e Administração do Pará - SEPLAD, Sra. XXXXXXXX, brasileira, CPF/MF Nº. xxxxxxxxxxxxxx, domiciliada e residente nesta cidade, após ter homologado a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico SEPLAD/DGL/SRP Nº 024/2020, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020, Decreto nº 534, de 04 de fevereiro de 2020 e suas respectivas alterações, **RESOLVE registrar os preços destinados a contratação futura de empresa especializada na prestação do serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis (gasolina comum, diesel comum e diesel S-10, diesel S-50 e diesel marítimo), biocombustível (álcool) e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o , território do Estado do Pará, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, PELO MENOR PREÇO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para os órgãos e entidades do Governo do Estado Pará, forma estabelecida no Termo de Referência, oferecidos pelas propostas classificadas em primeiro lugar, para os itens, nos termos do Anexo I do Edital, no certame acima mencionado, da(s) seguinte(s) empresa(s):**

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, para atender as necessidades dos Órgãos e entidades do poder Executivo Estadual, de acordo como as condições e especificações do Edital do Pregão Eletrônico SEPLAD/DGL/SRP Nº 0xx/202x, que é parte integrante desta ATA, assim como a proposta, independente de transcrição

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, atenderá as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s), que atende ao TR:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético	
Percentual de desconto resultante da diferença entre o valor estimado e o valor do lance final ofertado, conforme fórmula (diferença/estimado) * 100	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

3.2. Os órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços estão discriminados no anexo V do edital.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantajosidade para a administração pública estadual da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O percentual de desconto resultante do menor preço da licitação é fixo e irredutível.

6.2 As revisões contratuais após, o interregno mínimo de 1 (um) ano será na forma prevista no Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021.

6.2.1 Para executar a competência prevista no § 1º, do Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) fará publicar ou divulgar, em ambiente eletrônico próprio, os preços máximos aceitáveis dos combustíveis utilizados pela frota estadual, respaldando-se em divulgações periódicas oficiais publicadas no endereço eletrônico da Agência Nacional de Petróleo (ANP), na forma da Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e demais legislações aplicáveis, os quais servirão de parâmetro para reajustamento dos preços registrados e seus respectivos contratos.

6.3 Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo para a revisão contratual decorrente do reajustamento de preços dos combustíveis publicados através de Portaria, quando este ocorrer.

6.4 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13.

6.5 A revisão decorrente dos preços máximos publicados será realizada por apostilamento.

6.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.9.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.9.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.9.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.9.4. sofrer sanção administrativa prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002.

6.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.9.1, 6.9.2 e 6.9.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.11. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.11.1. por razão de interesse público; ou

6.11.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inciso X, do Decreto nº 991/2020), exceto nas hipóteses em que o descumprimento se relacionar às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 991/2020).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 22 do Decreto nº 991/2020, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 14,

§1º do Decreto nº 991/2020.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação (adesão) de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 13, §4º, do Decreto nº 991/2020.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

*SECRETÁRIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO*

EMPRESA

ANEXO VII- A
DA ATA – CADASTRO DE RESERVA

RELAÇÃO DE LICITANTES NA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 12 DO DECRETO ESTADUAL Nº 991/2020, A SEGUIR:

_____(...nome da empresa...)_____, com sede em _____ (...município...)____ na _____ (...endereço completo...)____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____./____-____, representada neste ato por _____ (...nome completo...)____, _____ (...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)____, portador da Carteira de identidade _____ (...nº, órgão emissor, UF...)____ e CPF/MF nº _____.____.____-____; e

_____(...nome da empresa...)_____, com sede em _____ (...município, UF...)____ na _____ (...endereço completo...)____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____./____-____, representada neste ato por _____ (...nome completo...)____, _____ (...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)____, portador da Carteira de identidade _____ (...nº, órgão emissor, UF...)____ e CPF/MF nº _____.____.____-____.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7488E7E090653E85.B3A02B619A6E281A

**ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº. ___/2021– XXXXXX

REF: Processo Licitatório Nº. 2021/111231

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO E ININTERRUPTO DE COMBUSTÍVEIS E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PARÁ, , DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA XX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM A SEPLAD E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX nº. XXXX – Bairro XXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, nesta cidade, neste ato representado por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. XXXXXXXX, brasileiro, XXXXXXXX(Estado Civil), XXXXXXXX(Formação Acadêmica), portador do RG nº. XXXXXXXX Órgão Emissor e do CPF/MF nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, e por seu Coordenador de Planejamento e Controle, Sr. XXXXXXXX, brasileiro, XXXXXXXX(Estado Civil), XXXXXXXX(Formação Acadêmica), portador da Identidade nº XXXXXXXX - Órgão Emissor, e do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, empresa estabelecida nesta capital, à _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, neste ato representada por _____, brasileiro, XXXXXXXX(Estado Civil), XXXXXXXX(Formação Acadêmica), portador da Identidade nº. _____ - Órgão Emissor e do CPF nº. _____, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente contrato, em conformidade com o Pregão Eletrônico Nº. 0xx/202x, e a legislação vigente,

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Ghassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C1C99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E090653E85.B3A02B619A6E281A

especialmente com as Leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 877 e 878, de 31 de março de 2008, no que couber a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais legislações aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 024/2021 (Pregão Eletrônico) e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da Secretaria XXXXXXXX, conforme parecer ASJUR Nº XXX/2020, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMPETÊNCIA

Este Ato será representado pelo(a) (Secretário ou Dirigente Máximo), nomeado(a) de acordo com Decreto Governamental XXXXXXXX, XXXXX(CARGO), brasileiro(a), XXXXXXXX (Estado Civil), XXXXXXXX (Formação Acadêmica), portador do RG nº XXXXXXXX Órgão Emissor e do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente a XXXXXXXXXXXX, Bairro:XXXXXXXX. CEP:XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA QUINTA – DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto o Registro de Preços para contratação futura de empresa especializada na prestação do serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, PELO MENOR PREÇO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para os órgãos e entidades do Governo do Estado Pará.

- a) Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SEXTA – SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO E ININTERRUPTO DE COMBUSTÍVEIS

O objeto deste Contrato será atendido, conforme a necessidade do Órgão Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

A) Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

B) A Secretaria XXXXXXXX deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a. São obrigações da CONTRATANTE:

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

- a.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;
- a.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- a.3. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- a.4. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- a.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- a.6. A CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;
- a.7. Atender todas as normas e disposições expressas no instrumento vinculatório no qual derivou este contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto da presente contratação, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do órgão ou entidade Contratante não eximirá a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.

9.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão ou entidade Contratante, cujas reclamações referentes à execução contratual se obrigará prontamente a atender.

9.1.7. Executar pontualmente o pagamento aos estabelecimentos credenciados referentes aos valores dos abastecimentos realizados pelas unidades consumidoras dos órgãos Contratantes, asseverando-se de que os mesmos não responderão solidária ou subsidiariamente pelo pagamento, sendo este da exclusiva responsabilidade da empresa Contratada.

9.1.8. Emitir fatura para acobertar a prestação de serviço (combustível/agenciamento) na operação tributada pelo ICMS (sem destaque do imposto) constando o percentual de desconto resultante da licitação.

9.1.9. Comunicar à Contratante qualquer acréscimo ou supressão na relação de postos credenciados.

9.1.10. Credenciar qualquer posto de abastecimento, desde que atenda aos requisitos mínimos exigidos pela ANP, esteja localizado no Estado do Pará e que o mesmo não seja de propriedade de servidor público estadual ou possua em seu quadro sócio-dirigente que seja servidor público do Poder Executivo Estadual.

9.1.11. A empresa não poderá se recusar, sem processo devidamente fundamentado, a cadastrar Posto de Abastecimento que queira se credenciar no sistema, quando o posto possuir os requisitos mínimos exigidos pela ANP.

9.1.12. Fornecer tantos cartões magnéticos quantos forem solicitados pelos órgãos ou entidades Contratantes, sem qualquer ônus adicional.

9.1.13. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

9.1.14. Assumir inteira e total responsabilidade decorrente da prestação dos serviços objeto da

presente contratação, incluído os custos diretos e indiretos com os seus funcionários, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão dos cartões, encargos sociais e outras necessárias, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente aos órgãos ou entidades Contratantes, ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

9.1.15. Assumir plena responsabilidade por todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio dos órgãos e entidades Contratantes ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto, mesmo na execução dos serviços.

9.1.16. Disponibilizar à Administração Estadual em até 90 (noventa) dias corridos, contados da homologação da ata de registro de preços, derivada deste certame, o sistema de gerenciamento, conforme os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1.16.1 O prazo disposto no item anterior poderá ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, desde que a dilatação do prazo seja solicitada com antecedência pela Contratada, com exposição de fatos comprovando os motivos que justifiquem o pedido, e com a devida anuência da Administração.

9.1.17. Disponibilizar um técnico residente, que ficará à disposição na SEPLAD/DGL, durante todo o período de prestação de serviços, para atendimento das solicitações, recebimento de documentos e protocolos e dirimir dúvidas dos órgãos e entidades Contratantes.

9.1.17.1 A empresa deverá munir seu técnico residente com computador portátil, acesso independente a internet e uma senha de acesso ao sistema de gestão de combustível. O técnico poderá atender os demais Órgãos da Administração Pública Estadual para tratar dos contratos oriundos da ARP.

9.1.18. A Contratada possui o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato administrativo e respectivos aditivos dos órgãos e entidades Contratantes, contados a partir da data de envio em formato eletrônico (e-mail).

9.1.19. A Contratada possui o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para liberação/renovação de limite/saldo contratual da Contratante no sistema de gestão, contados a partir da sua assinatura no respectivo contrato/aditivo.

9.1.20. Atender todas as normas e condições instituídas no edital e anexos, reguladores do presente processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos serviços, marcação e remarcação, além da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e serão exercidos por representantes designados pela Secretaria XXXXXXXXXXXX, conforme a Lei nº 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às observações de caráter

técnico do fiscal, que se acha investido de plenos poderes, conforme o decreto 870 de 4 de outubro 2013.

10.2 O fiscal do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições.

10.3 Consultar a situação do CONTRATADO junto ao Sistema de Cadastramento Unificado Federal (SICAF) e/ou Portal da Transparência do Governo do Estado do Pará, ou outro meio legal que disponibilize a informação.

10.4 A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos;

10.5 A CONTRATANTE designará um fiscal para acompanhar a execução do contrato, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

10.6 O fiscal do contrato, servidor da CONTRATANTE, será responsável pelo atesto das faturas e monitoramento da execução do Contrato, conforme as disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, elaborado em conjunto pela Secretaria de Estado de Administração e Auditoria Geral do Estado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número do Pregão e Contrato, o percentual de desconto aplicado na prestação do serviço, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora.

11.2. No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

11.3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da contratada junto a Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;

11.4. A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital e do Contrato.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

11.6. O pagamento será efetuado mediante o processamento do documento de cobrança

apresentado pela CONTRATADA, devidamente certificado por fiscal credenciado da Secretaria XXXXXXXXXX, o pagamento será realizado em C/C do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

11.7 - Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

11.8 – Constatada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o Órgão ou Entidade contratante poderá aplicar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes do art. 87 da lei 8.666/93.

11.9 – Não será motivo para retenção de pagamento por serviços prestados, a irregularidade fiscal e trabalhista por parte da Contratada. Contudo, constatada a situação de irregularidade, o Órgão ou Entidade Contratante deverá advertir, por escrito, à contratada, a fim de que esta, em prazo exequível, regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará, até 30 (trinta) dias a partir da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo a CONTRATADA estar em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), relativas ao mês da competência.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Será susgado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A Secretaria XXXXXXXXXX efetuará os pagamentos mediante Ordem Bancária. Para tanto, a CONTRATADA deverá informar no documento de cobrança, o nome e o número do banco, a agência e conta corrente onde será creditado o pagamento. A Conta Corrente somente deverá estar em nome da CONTRATADA, de acordo com o Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

12.1. Caberá ao titular da Área de Apoio Administrativo e Logística da Secretaria XXXXXXXXXX, ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da SECRETARIA XXXXXXXXXX para o exercício de 2020, como a seguir especificado:

Atividade –

U.G. - XXXX / U.O. – XXXXX

Fonte – XXXX

Natureza da Despesa – XXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS VALORES ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO

14.1 A Secretaria xxxx contratou o serviço nas quantidade definidas no anexo X – Demanda por Órgão , e elencadas no quadro abaixo:

TIPO	Especificação	Quantidade	Valor unitário (estimado)	Valor total
1	Gasolina Comum			
2	Etanol			
3	Diesel Comum			
4	Diesel S-10 Aditivada			
5	Diesel S-50 e			
6	Diesel marítimo			
7	Arla 32			
8	Serviço de controle e Gerenciamento de Abastecimento de Veículos que compõem a frota oficial do Estado			

14.1.1 O valor do percentual de desconto resultante da licitação incidirá no valor da prestação de serviço a ser pago.

14.1.2. O valor do serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis e Agente Redutor Líquido Automotivo (Arla 32), em rede de postos credenciados em todo o território nacional, para veículos automotores e equipamentos integrantes da frota da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará, com utilização de cartão magnético, PELO MENOR PREÇO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para os órgãos e entidades do Governo do Estado Pará, conforme proposta comercial apresentada pela Contratada no Processo Administrativo nº 2021/XXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Coordenadoria Administrativa e Financeira da SECRETARIA XXXXXXXXXX, com apresentação das devidas justificativas.

15.2 O percentual de desconto resultante do menor preço da licitação é fixo e irrevogável.

15.3 As revisões contratuais após, o interregno mínimo de 1 (um) ano será na forma prevista no Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021.

15.3.1 O interregno mínimo de 01 ano começará a contar da data prevista para apresentação da proposta conforme critério estabelecido no art. 41, XI, da Lei nº 8.666/93.

15.3.2 Para executar a competência prevista no § 1º, do Decreto Estadual nº 1.958, de 28 de outubro de 2021, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) fará publicar ou divulgar, em ambiente eletrônico próprio, os preços máximos aceitáveis dos combustíveis utilizados pela frota estadual, respaldando-se em divulgações periódicas oficiais publicadas no endereço eletrônico da Agência Nacional de Petróleo (ANP), na forma da Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e demais legislações aplicáveis, os quais servirão de parâmetro para reajustamento dos preços registrados e seus respectivos contratos.

15.4 Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo para a revisão contratual decorrente do reajustamento de preços dos combustíveis publicados através de Portaria, quando este ocorrer.

15.5 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13.

15.6 A revisão decorrente dos preços máximos publicados será realizada por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

16.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários **até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.**

16.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 As garantias de execução são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A **inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.**

18.2. A **rescisão do Contrato poderá ser:**

18.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da SECRETARIA XXXXXXXXXXXX, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

18.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da SECRETARIA XXXXXXXXXXXX;

18.2.3 Judicial nos termos da legislação.

18.3. A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

19.1. As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- e) consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela Secretaria XXXXXXXXXXXX; e
- g) outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a Secretaria XXXXXXXXXXXX, por escrito.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Secretaria XXXXXXXXXXXX, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os contratos oriundos da Ata de Registro de Preços terão vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, após a verificação

da real necessidade e vantagens para a Administração, conforme art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Integram o presente contrato, todos os documentos que compõem os autos do processo administrativo sob nº 2020/111231, em especial, o Termo de Referência; autorização da realização do pregão eletrônico pelo titular do Órgão; justificativa do melhor preço pelo ordenador de despesa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

22.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

23.1. É competente o foro da Cidade de Belém, Estado do Pará, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

24.2 Pela recusa em assinar a Ata, o Contrato, ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, a licitante poderá ser penalizado com multa no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

24.3 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, 17 de julho de 2002, Lei nº. 6.474, de 6 agosto de 2002 e do Decreto Estadual nº 534, de 4 de fevereiro de 2020, a Contratada que:

Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.3.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.3.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.3.3 comportar-se de modo inidôneo; ou

24.3.4 cometer fraude fiscal.

24.4 Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode

aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.4.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 24.13 e 24.15;

24.4.2 Multa, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 24.13 e 24.16;

24.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.5.1 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

24.5.2 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o conseqüente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

24.5.2.1 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

24.5.2.2 As sanções previstas nos subitens 24.4.1, 24.15 e 24.16 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.5.3.1 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.5.3.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.5.3.3 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.5.3.4 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, as Leis nº 9.784, de 1999 e Lei estadual n. 8.972/2020.

24.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Estadual e cobradas judicialmente.

24.8 Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, o Órgão ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.13 O processamento do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no cadastro de Fornecedores do Estado.

24.15 Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme o serviço prestado que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

Ocorrência	Pontos
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências (por chamada não atendida)	0,3

Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por grupo de 10 itens identificados com erro	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 10 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, em arquivo eletrônico ou em papel (caso seja solicitado explicitamente pela CONTRATANTE), incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços registrados	1
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 13 dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário	0,3
Tentativas de utilizar o BI e que não resultem em geração de relatórios com as informações solicitadas, por motivo de erro no sistema.	1
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE	1

24.16 A cada registro de ocorrência será apurado o somatório da pontuação das ocorrências acumuladas no período de 6 meses anteriores ao fato gerador do serviço contratado. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 1% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4(quatro) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
13(cinco) pontos	Multa correspondente a 3% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 13% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção

9 (nove) pontos	Multa correspondente a 7% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
11 (onze) pontos	Multa correspondente a 9% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
12 (doze) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
13 (treze) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

24.17.1 A quebra ou violação das informações referentes a este contrato, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, xx de xxxxxxxx de 2022

SECRETÁRIO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Testemunhas:

1ª	CPF:
2ª	CPF:

DOE nº: _____ **DATA:** ___/___/___

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (representante do licitante),
portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como
representante devidamente constituído de

_____ (identificação do licitante ou do Consórcio),
inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado (Licitante / Consórcio),
para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de
maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi,
no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de
qualquer

outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por
qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação
não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de
fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de
qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar
ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não
será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer
outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do
objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não
foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de
qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

**(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém
plenos poderes e informações para firmá-la.**

Cidade – Estado, dede 2022.

.....

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL
(RECONHECIDA EM CARTÓRIO ACIMA DE SEU NOME COMPLETO E RG OU
CPF)

SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE GESTÃO DE LOGÍSTICA
COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 24/2021
PROCESSO Nº. 2020/111231



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Hana Sampaio Chassan (Lei 11.419/2006)
EM 12/01/2022 16:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: CLC99882A0F13A64.0AA03EC07D197209.7485E7E090653E85.B3A02B619A6E281A

**ANEXO X
 DEMANDA POR ÓRGÃO**

Órgão	Gasolina (em litros)	Etanol (em litros)	Diesel Comum (em litros)	Diesel s-10 aditivada (em litros)	Diesel S-50 (em litros)	D. marítimo (em litros)	Arla 32 (em litros)	serviço de gestão
ADEPARA	636.000,00	0	0	564.000,00	0	0	0	12
AGE	4.800,00	0	3.600,00	0	0	0	0	12
AGTRAN	2.880,00	0	0	0	0	0	0	12
ARCON	31.948,32	0	9.742,32	6.025,80	0	0	0	12
CBM	120.000,00	120.000,00	200.000,00	600.000,00	100.000,00	80.000,00	5.000,00	12
CEASA	6.600,00	3.000,00	0	0	0	0	0	12
CODEC	10.030,00	1.190,00	2.720,00	3.060,00	0	0	0	12
COHAB	31.978,50	0	30.000,00	15.000,00	0	0	0	12
COSANPA	144.000,00	0	72.000,00	96.230,31	0	0	2.880,00	12
CPC	78.336,00	0	322.560,00	46.080,00	0	0	13.824,00	12
CPH	10.000,00	0	0	0	0	0	0	12
CREDCIDADÃO	3.300,00	1.200,00	7.700,00	0	0	0	0	12
CRGBA	0	0	0	8.000,00	0	0	0	12
DETRAN	198.500,00	10.000,00	10.000,00	126.500,00	0	0	720	12
EGPA	10.783,23	10.714,30	3.882,56	0	0	0	0	12
EMATER	240.000,00	0	60.000,00	84.000,00	0	0	0	12
FAPESPA	6.120,00	0	4.080,00	0	0	0	0	12

SEPLAD/DGL/SRP – Tv. Do Chaco,2350, Bairro:Marco, CEP: 66093-542.**10**
 E-mail: gerp.dgl@seplad.pa.gov.br – 3194-1048/3194-1416

SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
 DIRETORIA DE GESTÃO DE LOGÍSTICA
 COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL Nº 24/2021
 PROCESSO Nº. 2020/111231



FASEPA	52.610,83	500	13.777,49	113.111,68	0	0	0	12
FASPM	43.180,91	0	1705,46	6703,89	0	0	0	12
FCG	500.000,00	500.000,00	0	0	0	0	0	12
FCP	8.264,24	0	5.024,74	10.157,99	0	0	0	12
FHCGV	4.752,00	0	38.448,00	0	0	0	0	12
FPARÁ• PAZ	2.000,00	0	18.000,00	42.000,00	0	0	0	12
FSCMPA	24.000,00	0	0	480.000,00	0	0	0	12
FUNSAU	5.500,00	0	0	0	0	0	0	12
FUNTELPA	35.000,00	0	10.000,00	25.000,00	0	0	60	12
GABGOV (Casa Civil)	125.000,00	125.000,00	150.000,00	0	0	0	0	12
GABGOV (Casa Militar)	135.000,00	800	12.000,00	180.000,00	0	0	0	12
GABVIC	14.763,80	0	10.507,61	17.839,00	0	0	0	12
HEMOPA	23.750,00	16.250,00	13.750,00	0	0	0	0	12
HOL	9.600,00	0	0	96.900,00	0	0	0	12
IASEP	25.500,00	12.000,00	10.000,00	6.000,00	0	0	0	12
IDEFLOL - Bio	70.000,00	2.000,00	12.000,00	125.000,00	0	0	800	12
IGEPREV	16.320	0	18.129,55	10.198,36	0	0	0	12
IMETROPARÁ•	4.607,30	1.252,08	9.023,68	19.976,26	0	0	0	12
IOE	108	14.400,00	108	0	0	0	5.000,00	12
ITERPA	20.000,00	0	90.000,00	9.000,00	0	0	0	12
JUCEPA	14.000,00	0	5.000,00	5.000,00	0	0	0	12
NGPR	6.631,95	0	5.058,91	4.135,50	0	0	0	12

SEPLAD/DGL/SRP – Tv. Do Chaco,2350, Bairro:Marco, CEP: 66093-542. **II**

E-mail: gerp.dgl@seplad.pa.gov.br – 3194-1048/3194-1416

Identificador de autenticação: 7500632.3C7D.036.218B6CB40F3E1C7F3B
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
 Nº do Protocolo: 2020/111231 Anexo/Sequencial: 74

SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE GESTÃO DE LOGÍSTICA
COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL N° 24/2021
PROCESSO N°. 2020/111231



NGTM	2.891,35		0	830,31	0	0	0	0	12
PCPA	600.000,00		0		1.500.000,00	0	0	0	12
PGE	12.500,00		1.000,00	7.500,00	1.000,00	0	0	0	12
PMPA	1.684.450,00		0	0	5.639.246,00	0	0	15.000,00	12
PRODEPA	96.000		0	0	96.000	0	0	0	12
SEAC	30.689,34		0	0	6838,95	0	0	0	12
SEAP	586.848,00		146.712,00	211.122,00	1.055.612,00	0	0	100.000,00	12
SEASTER	600.000,00		10.000,00	35.000,00	40.000,00	1.000,00	1.000,00	200	12
SECOM	6.000,00		0	0	24.000,00	0	0	0	12
SECTET	12.000,00		0	0	31.000,00	0	0	0	12
SECULT	18.000,00		5.000,00	2.000,00	0	0	0	0	12
SEDAP	21.011,52		0	42.853,32	12.401,18	0	0	0	12
SEDEME	3.600,00		1.200,00	42.240,00	0	0	0	0	12
SEDOP	16.800,00		0	0	18.000,00	0	0	0	12
SEDUC	172.238,00		0	0	188.454,00	0	0	4.430,00	12
SEEL	11.000,00		3.000,00	5.000,00	20.000,00	0	0	0	12
SEFA	15.000,00		0	0	216.000,00	0	0	0	12
SEGUP	1.110.200,00		0	574.360,00	140.616,00	187.488,00	374.976,00	0	12
SEJUDH	6.360,38		96,07	8.065,15	16.613,65	0	0	0	12
SEMAS	50.272,00		1.358,00	1.358,00	218.752,00	0	0	0	12
SEPLAD	20.000,00		10.000,00	12.000,00	15.000,00	0	0	10	12
SESMA	220.000,00		0	240.000,00	370.000,00	0	0	0	12
SETRAN	12.000,00		12.000,00	30.000,00	60.000,00	0	0	0	12

SEPLAD/DGL/SRP – Tv. Do Chaco,2350, Bairro:Marco, CEP: 66093-542. **II**

E-mail: gerp.dgl@seplad.pa.gov.br – 3194-1048/3194-1416

Identificador de autenticação: 7500632.3C7D.036.218B6CB40F3E1C7F3B
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/111231 Anexo/Sequencial: 74

SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
 DIRETORIA DE GESTÃO DE LOGÍSTICA
 COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SEPLAD/DGL N° 24/2021
 PROCESSO N°. 2020/111231



SETUR	3.767,31	0	0	0	0	0	0	0	12
UEPA	31.693,76	0	9.684,51	7.167,86	0	0	0	0	12
TOTAL	8.019.187,13	1.008.672,45	2.371.229,76	12.376.620,44	288.488,00	455.976,00	147.924,00	768	

SEPLAD/DGL/SRP – Tv. Do Chaco,2350, Bairro:Marco, CEP: 66093-542.**II**
 E-mail: gerp.dgl@seplad.pa.gov.br – 3194-1048/3194-1416

Identificador de autenticação: 7500632.3C7D.036.218B6CB40F3E1C7F3B
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
 N° do Protocolo: 2020/111231 Anexo/Sequencial: 74

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 592447492058 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

CARLOS EDUARDO ROCHA LEMES MOURA

DIRETOR(A) DE DIVISÃO

DIVISÃO DE TRANSPORTES

Assinatura CONFIRMADA em 08/11/2022 às 13:46

